



Universidade Federal
de Campina Grande

PROFSOCIO

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL - PROFSOCIO**

GILMARIA DA SILVA LOPES

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA
PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO:
UMA ANÁLISE DA MEDIAÇÃO DIDÁTICA**

**SUMÉ - PB
2020**

GILMARIA DA SILVA LOPES

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA
PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO:
UMA ANÁLISE DA MEDIAÇÃO DIDÁTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.

**SUMÉ - PB
2020**

L864u Lopes, Gilmaria da Silva.

O uso do livro didático de sociologia na prática docente nas escolas do Cariri Paraibano: uma análise da mediação didática. / Gilmaria da Silva Lopes. - Sumé - PB: [s.n], 2020.

90 f.

Orientador: Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Ensino de Sociologia – Ensino Médio. 2. Metodologias de ensino de sociologia. 3. Práticas docentes - sociologia. 4. Mediação didática. 5. Livro didático – sociologia. 6. Cariri Paraibano – escolas. I. Silva, Isaac Alexandre da. II. Título.

CDU: 316:37(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

GILMARIA DA SILVA LOPES

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA
PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO:
UMA ANÁLISE DA MEDIAÇÃO DIDÁTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dr. Isaac Alexandre da Silva.
Orientadora – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador I – UACIS/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Walberto Barbosa da Silva.
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 26 de maio de 2020.

SUMÉ - PB

Com gratidão, dedico este trabalho a minha família.

Devo tudo a ela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder vida, fé e esperança para seguir a minha jornada, à Virgem Maria por passar na frente e dar-me o livramento em todos os momentos.

Aos meus pais, Josefa Mateus e Fernandes Francisco, por incentivarem meus estudos. Se não fosse por vocês, não teria continuado. Aos meus irmãos, Gilmarcos, Nivalcy e Reginaldo, pela fraternidade da vida.

Aos professores que se tornaram “sujeitos” desta pesquisa, por aceitarem participar do trabalho.

Ao orientador prof. Dr. Isaac Alexandre, pela paciência e a parceria com que atuou nesta orientação.

Além disso, deixo aqui meus agradecimentos aos amigos que ganhei ao longo desta caminhada.

Minha gratidão ao primo e grande amigo Edimilson Cardoso, por dividirmos os desafios, o cansaço, as alegrias e aprendizagens e por descobrimos os caminhos do mestrado juntos, pelos dias e noites, finais de semanas e feriados debruçados nos estudos.

A minha amiga Katiússia Fernanda, pelo apoio.

A Rafaela Quaresma, por compartilharmos conquistas e frustrações em nossa pesquisa.

A Marta Raiana, por sua amizade, apoio, respeito e incentivo e por ser essa pessoa tão verdadeira com o próximo. Obrigada por dividirmos momentos de alegrias, lazer, viagens, trabalho. Que você seja sempre esse ser de luz.

A José Manoel (Juninho) por nossa amizade fraterna, nossos momentos de conversas, desabafos, incentivo e respeito mútuo.

A Janiglecia Tavares, uma prima com quem construí uma grande amizade ao longo do tempo e que sempre está pronta para ouvir os meus choros e compartilhar minhas conquistas.

À querida Aracele Gomes, pelo apoio, respeito, simplicidade e carinho. Encerramos mais ciclo em nossas vidas, feliz por compartilhar este momento com você. Aprendi muito com seus ensinamentos, desde quando era minha supervisora no PIBID e hoje companheiras de mestrado e futuras mestres.

Ao professor Dr. Marciano Monteiro, pelo estímulo aos estudos e por lutar pelo PROFSOCIO, além de resistir a tempos de turbulências com sabedoria e discernimento.

Ao professor Dr. Valdonilson, o qual contribuiu diretamente na construção dessa pesquisa, com seus apontamentos e esclarecimentos.

À professora Sheylla Galvão, por esse exemplo de mulher e profissional que é, que encoraja as demais mulheres a acreditarem em si mesmas. Obrigada por incentivar a minha progressão acadêmica.

E, por último, a Shirley de Jesus, companheira de Edmilson, que por muitas noites esperou chegarmos em casa tarde, e, mesmo cansada de um dia de trabalho, nos aguardava ansiosamente com uma alegria própria. A você, minha querida Shirley, gratidão por tudo. Saiba que, onde você estiver, sua prima chique (como costumava me chamar) sente muita saudades, muitas saudades...

E por todos aqueles que durante esse ciclo chegaram, passaram e permaneceram, o meu eterno obrigada.

RESUMO

Analisa o processo de mediação dos livros didáticos de Sociologia em escolas estaduais situadas no Cariri Paraibano, realizando uma discussão sobre os principais recursos didáticos presentes nas práticas pedagógicas do ensino de Sociologia. Esta pesquisa buscou analisar como os professores de Sociologia de escolas estaduais do Cariri Paraibano utilizam os manuais didáticos dessa disciplina, destacando os limites e as possibilidades nos processos de contextualização dos conteúdos ante a realidade dos alunos. Em realização aos subsídios teóricos, o trabalho se baseou nas discussões apresentadas por Simone Meucce (2000), Paulo Meksenas (1990), Guimarães, Neto, Assis (2012), os quais apresentam em suas obras discussões que fundamentam a discussão deste trabalho. Por via, metodológica adotamos o método qualitativo, e, como técnica para a construção dos dados, a aplicação de questionário, pesquisa bibliográfica e a observação de aulas. Com o retorno da Sociologia, ganhamos um meio de propagação do seu conhecimento, o livro didático, ferramenta fundamental para a disseminação de suas discussões, mas que cabe à figura do professor atribuir uso em sua prática. Procuramos analisar os recursos metodológicos e as práticas pedagógicas de ensino, para observar a mediação do livro didático de Sociologia no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que se trata de uma disciplina que objetiva, no Ensino Médio, despertar o imaginário sociológico e a desnaturalização dos fenômenos sociais por meio de discussões apresentadas pelo professor. Identificamos que os livros de Sociologia, dos campos mencionados, são usados pela maioria dos professores, porém necessitam de uma análise reflexiva e de uma avaliação por parte de alguns docentes acerca do sentido que está sendo atribuído ao livro, pois percebemos professores fazendo o uso de forma descontextualizada. Identificamos também que ainda há um grande número de professores não formados em Sociologia ministrando aulas apenas como cumprimento de carga horária, e são esses professores que apresentam dificuldades para trabalhar com o livro, o que acaba por prejudicar o ensino da Sociologia. Além disso, detectamos que o livro didático não é o único recurso usado na mediação do ensino da Sociologia, mas vídeos e músicas são também empregados para contextualizar os conceitos aos alunos.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Livro Didático. Ensino de Sociologia.

THE USE OF THE SOCIOLOGY TEXTBOOK IN THE TEACHING PRACTICE OF SCHOOLS IN CARIRI PARAIBANO: AN ANALYSIS OF DIDACTIC MEDIATION

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis carried out on the process of mediation of Sociology textbooks in state schools located in Cariri Paraibano, conducting a discussion on the main didactic resources present in pedagogical practices in the teaching of Sociology. Based on the general objective, this research sought to analyze how Sociology teachers from state schools in Cariri Paraibano are using the Sociology textbooks highlighting the limits and possibilities in the contextualization processes of the contents in view of the students' reality. By theoretical subsidies, it was based on the discussions presented by Simone Meucce (2000), Paulo Meksenas (1990) Guimarães, Neto, Assis. (2012) who present in their works discussions that support what is being presented in this work. Through the methodological approach, the qualitative method was adopted, considering as techniques for the construction of the data the application of a questionnaire, bibliographic research and the observation of classes. With the return of Sociology, we gained a means of spreading its knowledge, which was the textbook, a fundamental tool for the dissemination of its discussions and which is up to the teacher to attribute use in his practice. When looking at the methodological resources and teaching pedagogical practices to observe the mediation of the Sociology textbook in the teaching and learning process, since it is a discipline that aims in high school to awaken the sociological imaginary and the denaturalization of social phenomena through discussions presented by the teacher. It was identified that the sociology books, from the mentioned fields, are being used by most teachers, however they need a reflexive analysis and an evaluation by some teachers, of the meaning that is being attributed to the book, because, it was noticed teachers making use of it in a non-contextualized way, it was also identified that there are still a large number of teachers who are not trained in Sociology teaching classes only as a workload, and it is these teachers who have difficulties to work with the book and this ends for undermining the teaching of sociology. In addition, it was identified that the textbook is not the only resource used in the mediation of the teaching of sociology, but videos and music are used to contextualize the concepts to students.

KEY Words: Pedagogical Practice. Textbook. Sociology teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Recursos associados ao uso do livro.....	32
Fotografia 1	- Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID.....	14
Gráfico 1	- O livro de Sociologia é usado em sala de aula?.....	61
Gráfico 2	- Em que momento o livro é usado?.....	70
Gráfico 3	- A forma de organização do conteúdo confere autonomia ao trabalho pedagógico do professor, possibilitando diversos modos de apresentação e de ordenação dos conteúdos?.....	72
Quadro 1	- Valores de aquisição dos manuais do PNLD nos anos 2017 a 2019.....	42
Quadro 2	- Os primeiros manuais de Sociologia.....	44
Quadro 3	- Formação acadêmica dos professores.....	54
Quadro 4	- Distribuição de turmas e disciplinas por professores.....	56
Quadro 5	- Livros de Sociologia Distribuídos pelo PNLD- 2018 a 2020.....	59
Quadro 6	- Livros adotados por instituição escolar.....	66

LISTA DE SIGLAS

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CF – Constituição Federal

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

EF – Ensino Fundamental

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INL – Instituto Nacional do Livro

LD – Livro Didático

LDB / LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCN's – Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PROLCARIRI – Programa Olímpico para o Cariri Paraibano

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PP – Políticas Públicas

SEDUC – Secretaria de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UVA – Universidade do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Procedimentos metodológicos.....	19
2	PRÁTICAS DE ENSINO E RECURSOS PEDAGÓGICOS.....	23
2.1	Mediação didática como prática docente.....	27
2.2	Recursos didáticos mais utilizados pelos professores nos processos de ensino e aprendizagem.....	31
3	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA E OS MANUAIS DIDÁTICOS.....	34
3.1	A Institucionalização da Sociologia.....	34
3.2	O Estado Brasileiro e o Programa Nacional do Livro Didático.....	38
3.3	Os manuais didáticos de Sociologia.....	42
4	O ENSINO DE SOCIOLOGIA PELA MEDIAÇÃO DOS MANUAIS....	54
4.1	A formação de professores.....	54
4.2	A mediação do livro de sociologia.....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS.....	78
	APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores que ministram Sociologia aqui pesquisados.....	84
	APÊNDICE B – Critério de observação das aulas.....	87
	APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	88

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta uma análise sobre o processo de mediação dos livros didáticos de Sociologia em escolas estaduais situadas no cariri paraibano, apresentando uma discussão sobre os principais recursos didáticos presentes nas práticas pedagógicas do ensino de Sociologia.

As experiências obtidas ao longo da jornada acadêmica possibilitaram o acúmulo de teorias que levaram a inquietações e ao desejo de aperfeiçoamento acadêmico na busca de compreender o funcionamento dos mecanismos que envolvem a organização da educação básica no país, especificamente as políticas públicas educacionais.

A presente pesquisa é fruto de um processo de conquistas, amadurecimento pessoal e profissional ao longo da minha trajetória acadêmica, a qual teve início no ano de 2011, quando ingressei para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), Campus de Sumé-PB. Por isso, farei um breve relato das minhas vivências acadêmicas para melhor ilustrar esse percurso e os motivos que se tornaram fatores determinantes para a escolha do objeto pesquisado, de maneira que trago um pouco da minha experiência no campo educacional.

Há aproximadamente 10 anos encontro-me inserida no universo escolar, desde a área de gestão até a prática docente em sala de aula, e isso fez com que questionamentos e inquietações surgissem sobre o processo de ensino e aprendizagem. Pelas reflexões, práticas e experiências vivenciadas, foi possível perceber que estar no espaço escolar nos torna possível observar diversas faces do sistema de ensino, com a oportunidade de se tornar um pesquisador dentro e fora desse espaço, transformando a prática em objetos de pesquisa, pois professores e professoras, antes de tudo, são pesquisadores no seu campo de atuação, seja qual for a sua área de formação.

No ano de 2009, chega ao município de Sumé¹ um Campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), denominado Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA –, cuja grade de cursos superiores trazia a Licenciatura em Ciências Sociais, com o objetivo de formar professores de Sociologia. Naquele contexto, passavam a ser incluídas no Ensino Médio as disciplinas de Filosofia e Sociologia, com a promulgação da Lei 11.684/2008, que fez alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei nº 9.394 de 20 de dezembro de

¹ O município de Sumé está localizado na região do Cariri Ocidental Paraibano. De acordo dados do IBGE, possui uma população de 16.966 habitantes (2019). Possui uma área territorial de 838,070 km².

1996. Assim, a partir daquele ano, as instituições escolares deveriam inserir progressivamente as disciplinas em seus currículos, passando a necessitar de uma demanda maior de profissionais habilitados na área.

Devido à obrigatoriedade de inclusão da disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio do sistema educacional brasileiro a partir de 2008, as IES estão sendo convocadas a assumirem um novo compromisso em torno do desafio da melhoria da educação: a abertura de novos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p. 08).

Com a chegada desse curso e concluído o ensino médio, busquei saber do que se tratava a licenciatura e me identifiquei com sua proposta curricular. Encontrei nessa graduação a oportunidade de conhecer e cessar minha curiosidade sobre o que tratava a “famosa” disciplina de Sociologia. Um dos principais questionamentos era o porquê dessa disciplina ser apresentada no Ensino Médio. Hoje, acredito que nessa fase as grandes mudanças e amadurecimentos ocorrem, a transição para o mercado de trabalho e para a progressão dos estudos remetem a uma nova visão de mundo, pois aguçamos – ou até mesmo criamos – nossa criticidade em relação à sociedade e a suas questões. Logo, o ensino de Sociologia é de fundamental importância, pois há a necessidade de se criar um ser crítico, posicionado e longe de alienações diante dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Com essa perspectiva, o CDSA traz a Licenciatura Plena em Ciências Sociais para amenizar uma lacuna existente e colaborar para a melhoria da educação brasileira.

O compromisso com a formação de professores de Sociologia para o Ensino Médio foi, seguramente, a principal motivação para este Curso figurar no projeto de criação do CDSA/UFCG. Intrínseco a este fato está a premissa de que a Sociologia pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, posto que promove o contato do aluno com sua realidade, bem como o confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes. É justamente nesse movimento de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolvemos uma compreensão de outro nível e crítica. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p. 06).

O ensino de Sociologia no currículo escolar é um desafio para os docentes, devido a inserções e exclusões nas grades curriculares. Sendo uma disciplina recente no Ensino Médio, ainda há professores sem formação na área ministrando aulas, como veremos no decorrer deste estudo e como aponta a pesquisa aprestada no Projeto Político de Ciências Sociais. Questiona-se, assim, a principal missão da Sociologia no Ensino Médio, que é pensá-la como uma ciência

que questiona os fatos. Logo, pensamos como esses professores buscam concretizar essa ciência como disciplina escolar:

De acordo com um estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), órgão que agora responde pela formação de docentes para a educação básica, o Brasil tem, hoje, 20.339 professores de Sociologia atuando nas escolas; no entanto, só 12,3% deles (2.499) são licenciados na área. O restante se graduou em áreas como História, Geografia e Português. Em Filosofia, o número atual é de 31.118, sendo 23% (7.162) com a licenciatura específica. Isso porque há estimativas de que 17 Estados já tenham aulas dessas disciplinas em pelo menos um ano do Ensino Médio. Segundo o estudo do MEC, a demanda em cada uma das disciplinas é de 107.680 professores. O levantamento mostra também que a quantidade de graduados nas duas áreas nos últimos cinco anos, independentemente da opção por dar aulas ou não, está longe de cobrir o déficit. Foram cerca de 14 mil em Filosofia e 16 mil em Sociologia. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p.9).

A prática docente é construída a cada passo que o professor percorre, através de formação inicial e continuada e nos momentos de planejamentos. Por isso, o objeto de estudo aqui vislumbrado surgiu a partir de experiências cotidianas na minha formação inicial e continuada, que serão expostos a seguir.

O primeiro contato com a sala de aula se deu com a participação como voluntária no programa de extensão intitulado Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI), o qual propôs um contato inicial com a prática de reforço escolar no Ensino Fundamental I (EF), durante o período de maio a dezembro de 2012 e junho a dezembro de 2013, nas escolas municipais de Sumé-PB. Esse momento constituiu a primeira experiência em que atuei ministrando aulas. Na oportunidade, ministrava aulas de História e Geografia sob a supervisão de um professor. Logo percebi a dificuldade em lecionar disciplinas em uma área de conhecimento que a minha formação não contemplava, que era o caso da disciplina de Geografia. Mesmo tendo o livro didático, este se tornava apenas um manual de leitura, pois não conseguia dominar seu uso, seus conceitos e discussões. Questionava-me sobre como um professor que não é formado em uma área de conhecimento consegue abarcar os objetivos propostos pelas disciplinas ou se eles buscam ferramentas e formações que venham a lhe ajudar a planejar as aulas. Surge nesse momento a primeira inquietação acerca da prática pedagógica.

No ano de 2013, participei do processo seletivo para aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), para o qual fui selecionada e permaneci durante o período de 2013 a 2016. Esse programa possibilita aos bolsistas uma oportunidade de qualificação e reflexão em sua formação acadêmica, visto que oferece uma relação entre a teoria vista na graduação e a realidade vivenciada no âmbito escolar, quando se

busca identificar a complexidade do cotidiano, ou seja, os sujeitos se colocam diretamente em contato com a prática escolar. O PIBID abrange os eixos ensino, pesquisa e extensão – essenciais na formação de professores. No eixo de ensino, os alunos bolsistas entram em ação pedagógica, ou seja, ministram aulas de Sociologia e elaboram metodologias a fim de abordar os conceitos sociológicos e desenvolver estratégias e recursos de ensino, como, por exemplo, cordel, jornal, varal poético, entre outros.

O PIBID permite ao docente em formação conhecer possibilidades de ensino e refletir sobre o fato de que não deve limitar sua prática por falta de recursos pedagógicos. A maior contribuição em participar desse projeto é a de ter sido inserida na sala de aula por mais tempo do que a carga horária oferecida nos estágios que compõem a grade curricular do curso de Ciências Sociais. O tempo de atuação no programa foi primordial para obter uma visão das deficiências e limitações, assim como me proporcionou a capacitação e a superação de medos e frustrações, além da possibilidade de realização de pesquisas qualitativas sobre a prática docente e o ensino de Sociologia no Ensino Médio, cujos resultados muito contribuem para esta pesquisa. Por meio do PIBID, percebemos que a importância de se ensinar e aprender Sociologia no Ensino Médio está no fato de que esta ciência nos possibilita realizar uma análise mais profunda da sociedade, do Estado e de todas as suas instituições.

Fotografia 1 - Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Já a trajetória profissional iniciou-se no ano de 2014, quando fui nomeada ao cargo comissionado de Gestora Escolar na Unidade Municipal Luiz Mariano de Araújo, situada no sítio Olho d'Água do Padre, zona rural do município de Serra Branca-PB, com vigência entre os anos de 2014 a 2016. Nesse trabalho, pude acompanhar o dia a dia dos professores na escola, observando suas aulas, planejamentos, metodologias e os recursos que utilizavam em sala, além de perceber os limites, incongruências e possibilidades do Programa Nacional do Livro Didático, que não conseguia contemplar todos os alunos do município.

No ano de 2016, iniciei uma segunda licenciatura em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, na modalidade EAD. Ao cursar Pedagogia, percorro o mundo da docência através das práticas pedagógicas e dos estágios realizados. No ano de 2017, tive a oportunidade de exercer a prática da docência no Ensino Fundamental I, ministrando aulas para uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental. Foi uma das experiências mais enriquecedoras na minha formação, pois era minha primeira turma como professora na prática de sala de aula.

Em dezembro de 2017, a Prefeitura Municipal de Serra Branca lança um edital de concurso público, e encontrei, assim, uma oportunidade para me efetivar e conseguir estabilidade no serviço público, no exercício da docência. No final do mês de março de 2018, é publicado o resultado do certame, no qual constava o meu nome em 4º lugar, realizando um sonho importante naquele momento. No dia 02 de julho do mesmo ano, fui nomeada ao cargo e iniciei minha trajetória como servidora pública no ensino fundamental e, a partir de então, pude perceber as dificuldades em torno da minha prática, principalmente em relação ao livro didático, pois não se pode deixar que ele se torne apenas um guia pronto e acabado.

O contato com os anos iniciais do ensino fundamental fez-me ter a certeza de que a docência era a melhor escolha, porém estava diante de deficiências estruturais, didáticas e pedagógicas que cercam o sistema educacional. Cursar Pedagogia surgiu da necessidade prática de sala de aula e pela busca de interagir com as discussões pedagógicas, como teorias, legislações, teóricos e fundamentos da prática docente nos anos iniciais.

Ainda no ano de 2017, ingresso numa especialização em Psicopedagogia, implementada pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), concluída em outubro de 2018. Nesse período, busquei estudar a mediação das atividades lúdicas no processo educacional. Esta pesquisa teve relevância, pois permitiu entender como os professores planejam e percebem o brincar na educação e qual valor é atribuído a esse ato, e isso refletiu diretamente na minha prática docente. Como nos aponta Teixeira, “Não nascemos educadores. Tornamo-nos educadores num processo laboriosamente construído, lapidado no diálogo com diversos

educadores que transitam dentro de nós. Saber qual é o nosso propósito na vida não é tarefa fácil” (NUNES, 2010, p. 11).

Nesse contexto, percebi a importância da mediação no processo de ensino e aprendizagem, assim como a contribuição da Psicopedagogia no processo educacional, uma vez que esta viabiliza meios e recursos para uma nova estratégia de ensino na busca de identificar e superar as dificuldades e distúrbios de aprendizagem nos níveis de ensino, ajudando os professores a encontrar metodologias que levem ao desenvolvimento e a aprendizagem.

Esse breve relato vem justificar o objeto desta pesquisa, visto que, durante todo esse percurso, podemos observar várias estratégias de ensino planejadas pelos professores em sala de aula, independentemente de qual ano, série ou disciplina a ministrar. Durante a experiência do PIBID, surgiu o questionamento de como usar o livro em sala e como tornar esse item atraente aos olhos dos alunos, pois percebia que os alunos não tinham interesse em usá-lo, embora fosse usado pelo professor. Questionava o porquê dos alunos não se sentirem atraídos por esse recurso, quando comecei a questionar como os docentes mediavam seu uso.

Sabemos que as disciplinas dispõem do livro didático e de outros materiais pedagógicos, como, por exemplo, a disciplina de Matemática, que dispõe de diversos jogos e recursos didáticos, a disciplina de Língua portuguesa, com seus livros e outros recursos, a disciplina de Geografia utiliza mapas, entre outros que podem ser associados ao livro, mas a disciplina de Sociologia dispõe apenas do manual didático, tendo uma lacuna em outros materiais. Cabe, portanto, aos professores desenvolverem recursos em seus planejamentos para o ensino da disciplina.

As Ciências Sociais dão amparo para que os professores desta área tornem-se pesquisadores e transformem a sua realidade de trabalho em campos de pesquisa. Isso não difere de outras áreas de conhecimento, mas é necessário salientar que grande parte dos professores de Sociologia está sobrecarregada com muitas turmas e disciplinas, distanciando-se, por vezes, de formações continuadas e de cursos de pós-graduação. Essas formações lhes encorajariam e incentivariam a realizar pesquisa e ensino, transformando a realidade em que estão inseridos. Sabemos dos papéis adotados a figura do professor em busca da construção de conhecimento através de práticas contextualizadas. Recai, assim, ao professor de Sociologia um duplo papel de educador e pesquisador diante das facetas apresentadas em seu contexto de ensino, com ações significativas de ensino, associadas aos interesses dos alunos, como podemos ver a seguir:

Partindo da ideia de que o professor deve mobilizar a construção do conhecimento em sala de aula é necessário refletir sobre possíveis caminhos a serem seguidos. Já mencionamos o duplo papel do professor de sociologia como educador e pesquisador. Com base nisso, sabemos que o professor deve partir do contexto dos alunos para selecionar e propor conteúdos significativos. Isto é, o cotidiano dos estudantes, seus interesses, seus modos de se relacionar com os sujeitos e o espaço escolar devem ser compreendidos de antemão pelo professor, na mira de se extrair daí temas e métodos que orientarão seu trabalho. Deve, enfim, imergir no que é próprio de seus alunos, então mobilizar sua ação pedagógica. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012 p.144).

Diante do contexto educacional, é necessário pensar as estratégias de ensino e os recursos pedagógicos que estão postos em sala de aula na disciplina de Sociologia, pois, muitas vezes, o desinteresse dos alunos apresenta-se a partir das metodologias de ensino que não contemplam os seus interesses e tornam as aulas desinteressantes e descontextualizadas aos olhos dos alunos.

Essa discussão faz pensar o investimento do governo federal em livros didáticos que, por vezes, não são usados por não estarem conectados à realidade de determinadas regiões. Por serem uma política pública, precisa-se de uma revisão por parte dos agentes envolvidos nesse campo. Tendo em vista os investimentos anuais que são feitos na aquisição dos livros e sua utilização, professores e coordenadores pedagógicos devem voltar-se para a avaliação dos livros que estão sendo adotados em suas escolas, se estão correspondendo a sua propostas de ensino. Foi nessa perspectiva que essa pesquisa se iniciou e foi se desenvolvendo. Partindo das vivências obtidas, vários foram os questionamentos sobre o processo ensino, mas o maior, até o presente momento, diz respeito aos recursos metodológicos de ensino, especialmente os manuais didáticos, tão limitados a professores e alunos por parte do sistema público de ensino.

Diante das questões postas, esta pesquisa partiu do princípio de como o livro didático de Sociologia está sendo utilizado na prática docente, considerando a afirmação de Meucci (2013), o qual afirma que o livro é a um só tempo mercadoria, objeto de políticas públicas, ferramenta de ensino aprendizagem e artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular. São muitas as possibilidades de se investigar os manuais de Sociologia, mas nos detemos a verificar se os professores estão usando o livro, como está sendo o uso desses manuais pelos professores e se estão sendo usados por alunos, visto que ele é fruto de uma política pública e, como toda política, necessita de uma avaliação por parte de seus agentes. Essa avaliação deverá ocorrer de forma crítica, apontando se o uso do livro está cumprindo com seu papel educacional associado a outros recursos, como veremos:

Necessita-se, pois, uma crítica criteriosa e constante a todos os livros didáticos, na perspectiva de fazer com que eles cumpram seu papel no campo educacional, ao lado de outros materiais didáticos, perdendo com isso seu status de único material didático com grande poder de ideologização e manipulação. (COAN, 2006 p. 102)

Ao analisar o uso dos manuais didáticos de Sociologia, debruçamos no processo de intervenção e mediação da prática escolar e seus saberes, compreendendo que, dessa forma, poderíamos identificar as percepções dos professores acerca dessa ferramenta didática. Com isso, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar como o livro didático está sendo utilizado, o sentido a ele atribuído, assim como quais recursos aparecem para complementar as discussões apresentadas por ele.

Os resultados desta pesquisa contribuirão para o meio acadêmico, pois apresentamos um panorama de recursos didáticos que estão sendo utilizados por professores, o que possibilita, assim, que surjam reflexões e debates acerca das práticas educativas e da construção do pensamento sociológico crítico. Permite-se, logo, contemplar as demandas escolares e do professor em sua prática pedagógica, além de informações que possam contribuir com a avaliação dessa política pública de forma válida para o seu público.

É importante destacar que os recursos metodológicos disponíveis para os professores nas escolas são limitados, cabendo a eles desenvolverem, em suas metodologias, estratégias que abarquem todos os sujeitos da sala de aula. O uso do livro didático será aqui apresentado pelo termo “mediar”, partindo do princípio de que a prática pedagógica aproxima os meios de conhecimento (conceitos, conteúdos, teorias) aos sujeitos (alunos) para que estes construam sua aprendizagem, conforme o entendimento de Pierre e Santana (2016, p. 257):

Ao abordar tal tema, precisamente a mediação na educação, essa abordagem faz-nos lembrar da grande responsabilidade dos professores como sujeitos do mundo e, por isso, como seres que compartilham suas experiências com os educandos de maneira histórica, permitindo-os atuar de forma ativa na sociedade.

Apesar de várias pesquisas debruçarem sobre o objeto aqui investigado, percebemos que poucas são as produções acerca do uso do livro didático de Sociologia como uma mediação pedagógica. É com esse intuito que a pesquisa se fundamenta, ou seja, no sentido de entender como os professores mediam os livros didáticos e, principalmente, como os professores que ministram aulas de Sociologia mediam o seu uso. Para isso, elaboramos os nossos procedimentos metodológicos, que são descritos a seguir.

1.1 Procedimentos metodológicos

Com relação ao objetivo geral, esta pesquisa buscou analisar como os professores de Sociologia de escolas estaduais do Cariri paraibano estão utilizando os manuais didáticos de Sociologia, com destaque aos limites e às possibilidades nos processos de contextualização dos conteúdos ante a realidade dos alunos.

Como objetivos específicos, delimitamos:

- ✓ Compreender a concepção de prática pedagógica dos docentes;
- ✓ Analisar o processo de institucionalização da Sociologia e produção de seus manuais;
- ✓ Comparar e analisar as mediações dos manuais didáticos das referidas escolas.

No levantamento de dados, buscamos identificar e elencar o uso dos manuais didáticos de Sociologia na prática pedagógica. Para isso, optamos, como via metodológica, pelo método qualitativo, considerando como técnicas para a construção dos dados a aplicação de questionário, pesquisa bibliográfica e a observação de aulas.

Delimitamos, como lócus de pesquisa, escolas estaduais localizadas na microrregião do Cariri Ocidental paraibano². Os sujeitos participantes são quatro professoras da rede estadual de ensino da Paraíba que lecionam na região do Cariri Paraibano, nas cidades de Sumé, São José dos Cordeiros, Serra Branca e Santa Luzia do Cariri (distrito do município de Serra Branca). Das professoras participantes, apenas uma é formada em Ciências Sociais. As demais ministram aulas de Sociologia para completar carga horária. Todas essas escolas ofertam o Ensino Médio regular, modalidade de ensino que é atribuição dos estados, de acordo com LDB. As escolas Maria Balbina Pereira e Bartolomeu Maracajá ofertam do Ensino Fundamental I ao Médio regular, e as professoras da disciplina de Sociologia destas instituições ministram aulas nos dois níveis de ensino. A Escola Senador José Gaudêncio oferta o Ensino Médio regular e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). A Escola Professor José Gonçalves de Queiroz oferta o Ensino Médio integral e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Os alunos que compõem essas escolas são da zona rural e urbana. A coleta de dados foi realizada no período de julho a dezembro do ano de 2019.

² O Cariri Paraibano é dividido em duas regiões: Cariri Oriental, composto pelos municípios de Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri; Cariri Ocidental, formado pelos municípios de Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

Este estudo é uma pesquisa de caráter exploratório, com avaliação qualitativa e utilização de técnicas de questionário, observação das aulas, pesquisa em fontes bibliográficas, portais eletrônicos e sites oficiais, além de documentos regulatórios de ensino.

Ao debruçar sobre as fontes bibliográficas, buscamos elencar os estudos e os fenômenos já apresentados sobre o objeto aqui apresentado, de forma que pudéssemos subsidiar os estudos ora realizados e, portanto, contribuir para atingir os objetivos propostos.

Com relação às observações das aulas, é importante destacar que foram fundamentais no sentido de identificar o uso ou o não uso do livro, além de registrar os fatos que colaboram para o sucesso e o insucesso dos manuais na sala de aula. Foram observadas cinco aulas em cada um dos três anos do Ensino Médio, em cada campo de pesquisa. As observações tinham por objetivo identificar se os professores usam ou não o manual didático de Sociologia em suas aulas, e se eles estão associando outros recursos a sua mediação.

Elencamos, como critérios de observação, o ato da mediação e se os livros de Sociologia são usados como fonte primária em sala, se a sua mediação era feita através de leituras e debates, se o professor expõe o conteúdo e recorre apenas quando necessário, se os alunos estão com os livros em sala de aula, interagindo com o professor, e se seu uso é recíproco.

Ainda na coleta de dados, utilizamos um questionário estruturado com 27 questões abertas e fechadas. As questões abertas tinham por objetivo identificar os discursos subjetivos dos docentes, e as questões fechadas, elencar critérios da utilização do livro didático. Esse instrumento forneceu subsídios que favorecem as inquietações sobre a mediação do livro, pois permitiu perceber tanto o domínio como o despreparo dos pesquisados para o uso do livro.

Após todo o processo de coleta de dados, adotamos como via metodológica a análise de conteúdo, por meio da qual analisamos os discursos dos sujeitos aqui envolvidos, a descrição dos manuais que estão sendo adotados nas escolas, apresentando outros recursos que estão sendo usados na prática pedagógica. Trata-se, assim, de uma pesquisa qualitativa que buscou averiguar o uso dos manuais didáticos de Sociologia em escolas de Ensino Médio.

O tratamento dos dados foi organizado a partir de categorias, quais sejam: os professores que são formados na área de Sociologia e os professores que são formados em outra área de conhecimento, os discursos de cada participante, os que usam e os que não usam o livro, traçando falas e elencando critérios de mediação. Na intenção de manter o anonimato das docentes participantes do processo investigativo, atribuímos a elas os seguintes nomes fictícios: Carla, Cecilia, Sabrina e Nicole.

Com relação à estrutura deste trabalho, ele foi organizado em três capítulos. No primeiro, é discutido o conceito de prática educativa e recursos pedagógicos apropriados à

prática docente, além da ideia de mediação didática no processo de ensino e aprendizagem.

No segundo capítulo, apresentamos uma discussão acerca dos manuais didáticos e a institucionalização da Sociologia como disciplina no Ensino Médio. No capítulo, o livro didático é concebido como fruto de uma política pública que visa distribuir livros para todas as modalidades de ensino nas escolas públicas.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa e o processo de mediação dos manuais didáticos nas escolas mencionadas.

Diante dessa dinâmica, a escolha, distribuição e mediação dos manuais didáticos possibilitam reflexões relevantes sobre a prática docente de cada escola. Sabemos que a disciplina de Sociologia também recebe o manual didático e poderíamos discutir diversos aspectos do ensino da Sociologia. Porém, observar como está sendo mediado o uso do livro didático na prática docente irá apontar caminhos para que se pensem práticas pedagógicas a partir de ferramentas didáticas, como os manuais. Nesse sentido, Moraes (2010, p. 2) afirma que

Os livros didáticos de Sociologia, como boa parte dos livros do ensino médio, ainda não passaram por um processo de crítica especializada, tal como vem acontecendo há mais de uma década pelos livros do ensino fundamental. O que temos tido são resultados de pesquisa que, é certo, têm feito esse trabalho de análise dos livros didáticos e que pouco a pouco vão constituindo uma base para orientar, num futuro que esperamos não longínquo, programas de avaliação do livro didático de sociologia para o ensino médio.

Diante da reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio, faz-se necessário investigar como os recursos didáticos de Sociologia apresentados nas salas de aula estão sendo apropriado pelos professores, e nesse sentido esta pesquisa se debruçou. A pesquisa é fruto de inquietações acerca do ensino da referida disciplina, dados os desafios enfrentados na minha trajetória escolar e acadêmica, o que gerou um compromisso em contribuir com a construção do conhecimento nessa área da educação. Transforma-se, pois, o campo de atuação em objeto e lócus de pesquisa, como nos aponta Rosistolato:

Há também os sociólogos que transformam a escola e os sistemas educacionais em seu objeto de pesquisa. Produzem análises sobre os espaços escolares e as relacionam a problemáticas mais gerais, presentes na análise sociológica. Este saber, inclusive, está presente na formação de todos os professores, de Sociologia e outras disciplinas, configurando na disciplina de Sociologia da Educação. Assim, ocorre a formação de professores de Sociologia e de outras áreas. (ROSISTOLATO, 2012, p.9).

Com base na revisão da literatura aqui estudada, observamos que muitos são os estudos, trabalhos e pesquisas sobre o ensino de Sociologia e o livro didático. Porém, ainda são poucos os estudos sobre a apropriação do livro didático pelo professor em sua prática pedagógica, ou seja, de como os professores e professoras fazem o uso do livro em suas aulas, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, este trabalho terá relevância para pesquisas futuras, justamente por se tratar de um estudo que mostrará como os docentes estão se apropriando dos livros didáticos, o que contribuirá para trabalhos sobre o ensino da disciplina. Além disso, apontaremos os discursos usados pelo professor diante de um contexto de instabilidade da disciplina de Sociologia na atualidade.

2 PRÁTICAS DE ENSINO E RECURSOS PEDAGÓGICOS

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria construção. Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 2015, p. 47).

Pensar no termo prática pedagógica requer uma revisão da palavra “prática”, a qual é apresentada no dicionário Aurélio com a definição de tudo que se consegue realizar, ato de praticar, executar, a realização do que se planejou. Nessa discussão, aparece o termo “práxis” que é discutida e apresentada por autores como Karl Marx e Paulo Freire. Esta que é discutida como a relação dialética entre teoria e prática.

Teoria e prática são elementos interligados, interdependentes. Ambas são necessárias e se complementam através da práxis. O sentido de uma está na relação com a outra. A prática sem a teoria, desprovida da reflexão filosófica, se constitui em atividade cega e repetitiva. A teoria sem o substrato da prática transformadora se constitui num vazio lógico abstrato. Não se concebe uma práxis teórica e tão pouco se admite colocar um sinal de igualdade entre práxis e pragmatismo. (PIO; CARVALHO; MENDES, 2014, p.05774).

Sendo a práxis a relação entre teoria e prática, a reflexão da ação, refletimos, assim, como os professores elaboraram suas práticas pedagógicas e quais recursos didáticos aparecem no planejamento de suas ações no processo de ensino. Sabendo-se que a prática é o resultado de uma ação intencional de cada docente,

Muito se fala em como se deve ser a atuação pedagógica do professor em sala de aula. Quando se pensa em prática pedagógica, os debates mais contemporâneos propõem uma renovação dentro da escola, que começa com a superação da pedagogia tradicional e das reflexões que giram em torno dessa concepção. Os papéis dos alunos e professores, a relação entre ambos, a metodologia usada em sala de aula, entre outros temas, foram rediscutidos, e novas propostas foram elaboradas. No bojo dessas renovações, encontram-se o processo de produção de conhecimento e influência a ação e realoca a forma de aprender, reposicionando as práticas e os sujeitos pedagógicos. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES, ASSIS, 2012 p. 140).

As práticas pedagógicas são desenvolvidas a partir do planejamento e elaboradas pelos docentes que apresentam as intencionalidades objetivas e subjetivas em cada ação, partindo das perceptivas do currículo escolar adotado e de suas diretrizes. Porém, o ato de ensinar requer discernimento e senso crítico ao elaborar o planejamento didático-pedagógico, já que, através

das ações, o professor pode contribuir com a emancipação ou o aprisionamento dos alunos a determinadas correntes de pensamentos, ideologias ou, até mesmo, fazer com que o aluno se exclua do processo de ensino-aprendizagem por não conseguir incorporar as linguagens postas pela escola, na figura do professor. Por isso, é necessário que haja sempre a reflexão da ação, como nos aponta Freire (2015, p. 67): “Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no próprio desempenho”.

Na percepção dos sujeitos participantes desta pesquisa, as práticas pedagógicas se definem como caminhos que facilitam o conhecimento e desempenho dos alunos de forma mais ativa com ações concretas no processo de ensino aprendizagem, como percebemos no discurso a seguir:

São ações que o professor busca desenvolver no cotidiano escolar visando a excelência no processo de ensino aprendizagem, através de desenvolvimento de metodologias que possam atrair e envolver o aluno na busca pelo conhecimento. (Professora Carla)

Além desta concepção, práticas pedagógicas foram definidas como “as atividades dinâmicas que têm por finalidade orientar e ajudar no processo de ensino e aprendizagem” (professora Nicole).

Muitas são as definições exibidas para esse termo, e cada docente apresenta a sua. Destarte, o professor deve buscar compreender o papel de desafiador que a ele é atribuído, ter clareza sobre o seu posicionamento pedagógico e ético, buscando não se deixar dominar por ideologias impostas pelos currículos escolares.

As práticas pedagógicas não devem se limitar apenas ao ato de transmitir conteúdos, mas de despertar nos educandos a autonomia reflexiva, a curiosidade, o senso de questionamentos dos fatos, e fazer de sua ação um ato ético, responsável e emancipador, como defende Freire:

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdo. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu “saber de experiência feito” que busco superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço. (FREIRE, 2015, p.101).

A escola é um espaço de construção de conhecimentos, onde os docentes são vistos como os genitores na produção do ensino-aprendizagem, pois é por meio de suas práticas que se media e possibilita a construção do conhecimento dos alunos dentro desse espaço. Não se despreendendo de seus princípios epistemológicos, há a clareza e o domínio do que se objetiva “ensinar” ser coerente com sua postura de docente, correspondendo suas ações ao que pretende construir, não desassociando teoria e conteúdo de sua prática e postura ética pedagógica.

Ao passar do tempo percebemos que a escola e o professor estão perdendo sua identidade por atender acriticamente às exigências de currículos que são elaborados, muitas vezes, por especialistas que desconhecem a realidade das práticas e das etapas de ensino, pessoas que estão no campo de disputas de poderes e que reproduzem conteúdos descontextualizados da realidade da maioria dos estudantes. Entendemos que, mesmo diante da imposição curricular, o professor precisa refletir e filtrar o que está de acordo com o contexto local e global, e, para isso, detém de sua autonomia em planejar a sua prática e, assim, não se desprende do contexto social, regional e econômico em que cada escola está inserida. E é através do planejar que cada docente ressignifica o ensinar e para quem ensinar, quando se percebe a importância da reflexão das ações do planejamento de ensino, como vemos a seguir:

A tarefa de planejar a ação docente envolve refletir sobre o para quê, o quê, como e com que ensinar e sobre os resultados das ações compreendidas constituintes dos planos, a saber: objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e sistemática de avaliação. (FARIAS, 2009, p. 114).

A importância do planejar reside em apontar direcionamentos das ações que compõem esse ato, avaliando os objetivos de ensino, quais conteúdos serão trabalhados, buscando aproximá-los da realidade dos alunos, as metodologias usadas para a problematização de conceitos, teorias e temas e quais recursos serão usados para problematizar as questões trabalhadas no processo de ensino e aprendizagem.

A contextualização dos conteúdos é uma forma de desprender-se de determinados currículos impostos, uma vez que o professor não reproduz tal qual está imposto no currículo. Segundo Bourdieu e Passeron (2014), “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.”

O professor busca resignificar sua prática para atender as necessidades dos alunos, buscando assim fugir de uma doutrinação imposta pelas grades curriculares.

A sociologia, assim, assume uma importância ímpar como ciência que investiga a eficácia das relações do poder simbólico e seus efeitos de dissimulação. O poder simbólico, segundo Bourdieu, instaura-se na perspectiva da economia das trocas simbólicas como estruturante de uma ordem social, mantendo relação com a lógica dos capitais, da violência e da dominação simbólica. (MONTEIRO, 2018, p. 93-94).

O sistema escolar se torna excludente através de suas imposições curriculares, com conceitos e linguagem que não são acessíveis aos alunos. Diante desse contexto, o livro didático pode se tornar um instrumento reprodutor de ideologias que chega nas mãos dos alunos, e se torna, por vezes, um item desinteressante para eles, diante de tantos recursos tecnológicos e por sua linguagem inacessível ao seu campo. O aluno, por não ter o poder de escolha, torna-se um mero receptor de ideologias, não se reconhecendo dentro de uma cultura que não o pertence.

A ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e controlar. Essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que as crianças das classes dominadas sejam expelidas da escola antes de chegarem àqueles níveis onde se aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes. (SILVA, 2010, p. 32).

A educação é vista como uma maneira de emancipar o sujeito, outros a observam como uma forma de reproduzir os anseios de uma classe. Há ainda aqueles que se apropriam da educação como meio de resistência contra ideologias. Com isso, os professores devem averiguar as estratégias de ensino, conteúdos, os objetivos e metodologias utilizadas nas disciplinas para proporcionar essa emancipação política/social dos educandos, pois é através deles que a educação se apresenta, como podemos ver no discurso a seguir:

São práticas carregadas de intencionalidade e isso ocorre porque o próprio sentido de práxis configura-se através do estabelecimento de uma intencionalidade, que dirige e dá sentido à ação, solicitando uma intervenção planejada e científica sobre o objeto, com vistas à transformação da realidade social. (FRANCO, 2015, p. 601).

O professor enquanto mediador do conhecimento deve articular ações que levem a indagações e proporcionem caminhos para que os alunos possam construir uma aprendizagem significativa. Sendo assim, ao selecionar os recursos didáticos, os conteúdos a serem abordados

em sala de aula devem levar em consideração a realidade social de seu contexto, para que a escolha de conteúdos e recursos didáticos se tornem significativos. Portanto, não se trata apenas de escolher conteúdos, mas fundamentalmente de como esse conteúdo chegará ao aluno ou qual meio será usado para a construção de conhecimento. Dessa maneira, percebemos o poder que o professor detém no ato da sua escolha para mediar a construção do conhecimento escolar.

2.1 Mediação didática como prática docente

O mediador não é nem um juiz nem um “arbitro”. Ele não tem tempo para impor um acordo. Seu papel é facilitar o diálogo entre as partes, reduzir as tensões e formular soluções possíveis. (DORTIER, p. 391).

Toda prática deve ser uma ação direcionada para uma finalidade, com isso, pensa-se como está a mediação do livro didático de Sociologia no Ensino Médio. Sabendo que o uso do livro é um instrumento que proporciona a produção de saberes, como nos aponta Lima (2012, p.144),

Ao tomarmos o livro didático como instrumento de mediação pedagógica, entre a produção de conhecimentos escolares, atuação dos professores, e as vivências dos educandos enquanto sujeitos sociais, é imprescindível que se buque compreendê-lo mais amplamente, como objeto historicamente situado.

Cabe ao professor ser essa ponte mediadora na transmissão e problematização de conteúdos apresentados nos manuais didáticos aos alunos, de modo a proporcionar uma contextualização a partir de suas ações ao explorar este recurso em uma linguagem simples e concisa, na explicação, conceituação e resolução de exercícios e debates. Fortalece-se, assim, um vínculo de interação entre o mundo em que o aluno está inserido ao mundo externo, possibilitando o desenvolvimento de capacidade, de trocas de culturas, internalização de valores, através de instrumentos que facilitem o acesso à construção de saberes. Para isso, é notável a importância do planejamento pedagógico, pois é nesse momento que se elaboram os meios a serem mediados em sala de aula.

Outro fator importante, que desempenha o papel mediador no processo de ensino e aprendizagem, além do uso dos instrumentos sociais e da linguagem, é o próprio professor, ao buscar novas formas de trabalhar, pensar e mudar de paradigma, tanto no contexto social como educacional. Assim, ele deve cumprir com a sua função de organizar e planejar as condições de aprendizagem, uma vez que o uso da prática pedagógica é imprescindível, visando favorecer nos alunos a aquisição do conhecimento e dos conceitos científicos que estão programados nos currículos escolares. (PIERRE; SANTANA, 2016, p. 276).

O planejamento escolar está voltado para a realidade do aluno (contexto social, econômico e cultural), uma vez que deve valorizar o educando em sua integralidade. São vários os discursos feitos acerca da educação formal e informal, de como essa educação se configura no cenário social. Considerando a educação como um dos setores importantes para o desenvolvimento do indivíduo, isso no que compete a sua formação intelectual e de cidadania, a missão da escola perpassa por todos os crivos sociais, cabendo aos professores e à escola, no ato de planejamento, propor metas e estratégias para melhor oferecer um ensino de qualidade e uma educação significativa. Há, portanto, a necessidade de um planejamento integrado com toda a instituição escolar.

Desse modo, o planejamento é uma ação reflexiva, viva, contínua, uma atividade constante, permeada por um processo de avaliação e revisão sobre o que somos, fazemos e precisamos realizar para atingir nossos objetivos. É uma ação decisória, portanto político, pois nos exige escolhas, opções metodológicas e teóricas. Também é ético, uma vez que põe em questão ideias, valores, crenças, e projetos que alimentam nossas práticas. (FARIAS, 2009, p. 107).

A escola na contemporaneidade tem por função e desafio planejar e criar espaços capazes de preparar cidadãos críticos para exercer a cidadania, apontando reflexões acerca da realidade social na qual estão inseridos. Assim, um dos caminhos que proporcionará a consciência crítica/reflexiva é a inserção da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio, pois esta é capaz de suscitar nos alunos inquietações, pela desnaturalização de fatos e elementos despercebidos por aqueles que não possuem o conhecimento das teorias sociológicas.

A educação, por meio da escolarização, consolidou-se nas sociedades modernas como um direito social, ainda que não tenha sido universalizada. Concebida como forma de socializar as pessoas de acordo com valores e padrões culturais ético-morais da sociedade e como meio de difundir de forma sistemática os conhecimentos científicos construídos pela humanidade, a educação escolar reflete um direito e representa componente necessário para o exercício da cidadania e para as práticas sociais. (BRASIL, 2013, p. 150)

A escola é objetivamente um ambiente de disputas, uma vez que não é composta por uma cultura homogênea. Encontram-se na escola indivíduos multiculturais, e cada sujeito busca impor seus interesses pessoais. Cabe, então, à escola, na figura do professor, mediar esses conflitos e selecionar conteúdos que correspondam às expectativas deles. Trata-se de uma ação

que envolve cuidado para que não sejam escolhidos conceitos insignificantes e dissociados da realidade. Deve-se levar em consideração as limitações estruturais que a escola apresenta, haja vista que nem todas elas possuem equipamentos didáticos e metodológicos para proporcionar uma aprendizagem significativa. Cabe, dessa forma, ao professor fazer uma seleção sobre o que será trabalhado e dos meios que será utilizado, como podemos ver:

A chegada a sala de aula requer também do professor a seleção prévia dos conteúdos, metodologias e estratégias didáticas e avaliativas adequadas para esse segmento discente, cujas características foram discutidas nos últimos capítulos. Trata-se de um exercício que demanda, ao mesmo tempo, cautela – para não incorrer no erro de seleção de conteúdos poucos significativos para os alunos – e criatividade a fim de que as aulas despertem o interesse, a motivação e autonomia dos estudantes para aprender Sociologia. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 138).

Diante da relação dinâmica entre professor e aluno, o poder de escolhas e decisões não está necessariamente vinculado unicamente à figura do professor, como autoridade maior que impõe a sua vontade sobre os alunos, mas que em determinados momentos poderá dividir as responsabilidades, oferecendo a oportunidade de escolha dos conteúdos ou temáticas as quais desejam dialogar com a turma em uma espécie de contrato pedagógico. Abrir esse espaço de diálogo com os alunos não significa dar liberdade, ou seja, deixá-lo à vontade, mas propiciar o desenvolvimento, uma relação respeitosa, estimulando seu conhecimento dando vozes a cada um, em um contrato pedagógico construído entre professores e alunos, no qual aparecerão os anseios de cada sujeito.

Segundo Althusser e Bourdieu, as estruturas reprodutoras que permeiam o sistema capitalista utilizam o currículo da escola para perpetuar a dominação sobre os outros por meio de mecanismos, como convencimentos, através da ideologia ou como repressão. Nessa discussão, a escola aparece como o principal aparelho de reprodução dos valores dos detentores do poder, uma vez que atinge uma quantidade significativa de pessoas, transmitindo ideologias através de seu currículo baseado na repressão e ideologia.

Diante das exigências do currículo, levanta-se o questionamento: quais sujeitos são contemplados e qual cidadão pretende-se formar na reprodução do sistema curricular? Sabendo que

O currículo é entendido como a seleção dos conhecimentos historicamente acumulados, considerados relevantes e pertinentes em um dado contexto histórico, e definidos tendo por base o projeto de sociedade e de formação humana que a ele se articula; se expressa por meio de uma proposta pela qual

se explicitam as intenções da formação, e se concretizam por meio das práticas escolares realizadas com vistas a da materialidade a essa proposta. (DCN, 2003, p. 179).

Com o avanço dos estudos no campo das teorias do currículo³, é possível dar passos importantes na compreensão mais ampla acerca da construção do currículo no contexto da escola, na tentativa de compreender como ocorre o processo de produção e legitimação das propostas curriculares, bem como elas são materializadas a partir das relações de poder, conflitos e alianças instituídas no seio das instituições educativas.

Percebe-se o currículo como um campo de disputas, levando em consideração que há interesses envolvidos que beneficiam uma determinada classe em detrimento a outra. Nesse espaço de disputa estão presentes elementos que reproduzem a cultura dominante e, assim, pensa-se o livro didático como fruto dessa cultura. É preciso levar em consideração a ideologia, que pode ser uma imposição de uma classe, mas também a do professor, que por motivos diversos pode concordar ou discordar com a imposição, causando a resistência ou a reprodução de um sistema pensado sem a participação democrática, ao fazer a escolha de usar ou não o livro.

Como aponta Silva (2010), o currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Nesse espaço de discussão e representações do currículo está o livro didático, com abordagens objetivas aos alunos e professores, cujo uso pode-se tornar descontextualizado ou desinteressante aos olhos dos alunos, pois não são abordados contextos locais que os aproximem da sua linguagem.

³ Teorias do currículo são correntes teóricas que versam sobre o currículo. Desde 1960 que surgiram concepções sobre tipos de currículos.

2.2 Recursos didáticos mais utilizados pelos professores nos processos de ensino e aprendizagem

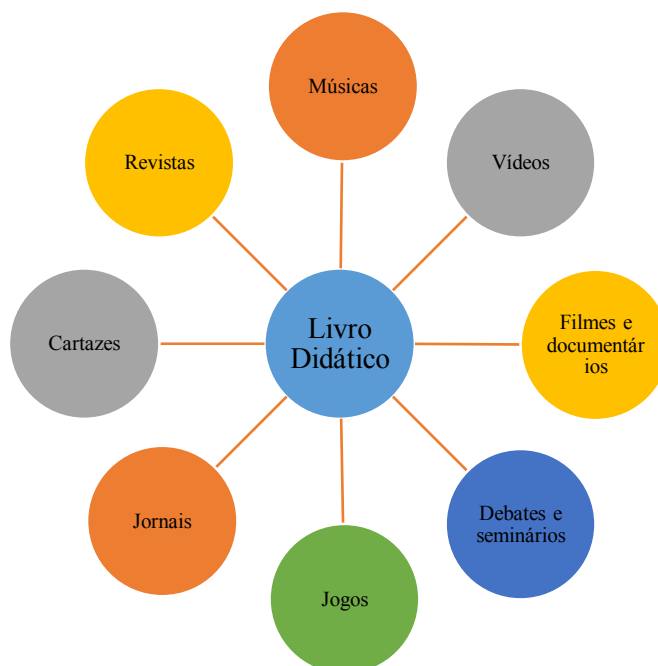
O ensino da Sociologia aponta para inúmeros questionamentos sociais, e os manuais proporcionam uma maior inquietude, própria da disciplina, que leva os alunos a desnaturalizarem os fenômenos sociais, pois trazem conceitos que possibilitam reflexões acerca da realidade e contextos históricos.

Disso resulta que a Sociologia nunca foi apenas um saber. Além de ser uma área de conhecimento comprometida em sua natureza com a efetividade de suas descobertas, hoje bastante consolidada como um importante campo da ciência, a Sociologia também se qualifica como uma profissão multifacetada, cujo exercício abrange vários nichos mercadológicos e, como tal, permite que a sociedade construa diferentes noções e reputações associadas ao trabalho do sociólogo. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 18).

Diante de uma sociedade rodeada por recursos tecnológicos, os professores se desdobram em sala para apreender a atenção dos alunos. Por isso, o livro didático se torna muitas vezes apenas um componente a mais dentro de sua mochila escolar, ou às vezes é apenas um enfeite na estante de seu quarto, pois não é interessante para os adolescentes, que são “bombardeados” por recursos tecnológicos. Assim, o livro torna-se, às vezes, apenas um guia curricular. Dessa maneira, os professores associam recursos ao livro para que as aulas se tornem mais atrativas aos olhos dos educandos.

Entende-se por recursos didáticos todos os instrumentos utilizados como estratégias de ensino em sala de aula por professores e alunos. Dentre os principais instrumentos que aparecem nas práticas dos professores temos TV, filme, computadores, música, rádios, jornais, vídeos, data show, revistas, debates, seminários, jogos, revistas eletrônicas e o livro didático como o principal.

No esquema abaixo podemos visualizar que o livro didático é adotado como o principal recurso em sala de aula, e, associado a ele, há o uso de outros recursos apontados pelos professores como maneira de tornar o seu uso mais contextualizado.

Figura 1 - Recursos associados ao uso do livro

Fonte: Construída com os dados da pesquisa.

Esses são os recursos que os professores utilizam para melhorar a mediação dos manuais de Sociologia, ou até mesmo para substituir o seu uso, a fim de amenizar as lacunas existentes no livro. Os recursos aparecem como forma complementar para elucidar conceitos ou exemplificar questões apresentadas, assim também como uma forma de dinamizar e tornar os conteúdos mais atrativos e conseqüentemente mais produtivos. Sobre isso, a afirmação da professora Nicole é bem ilustrativa: “Relaciono os conteúdos e atividades propostas no livro com debates, documentários, filmes, entrevistas, músicas, seminários”.

Os filmes e documentários são recursos mais utilizados para contextualizar e abordar os conteúdos apresentados nos manuais, sendo sempre usados ao final de cada unidade do livro, ou seja, ao término do conteúdo da unidade, é exposto um filme ou um documentário para contextualizar. Além disso, são usadas outras metodologias, como esquemas mentais, que são sínteses de conceitos em forma de mapa conceitual, apontados como uma das maneiras de se concretizar a percepção dos conteúdos: “Dependendo do conteúdo abordado, costumo trabalhar com esquemas mentais por acreditar que a visualização esquematizada do conteúdo fixa mais a atenção e a compreensão dos alunos” (Professora Cecília).

O livro aparece como principal recurso didático presente nas aulas observadas, por meio do qual são feitas leituras para apresentar os conteúdos. Diversas são as formas de mediação no processo de ensino e o livro didático não deve ser tomado como única fonte de conhecimento para o ensino, mas pode ser associado a outros recursos para melhor desempenhar seu objetivo em sala, como aponta o PNLD:

São muitas as implicações do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no caso da Sociologia, ainda sem tempo suficiente para consolidar-se como disciplina escolar. Sabemos que o livro não deve se constituir no único material de ensino em sala de aula, mas pode ser uma referência capaz de estimular a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos sociológicos. Isso significa que é tarefa do professor/professora fazer do livro didático um aliado de sua prática pedagógica, adequando-o ao projeto político-pedagógico de sua escola, às suas necessidades, e a de seus alunos. (BRASIL, 2011, p. 07).

Notamos, portanto, que a profissão de professor é desafiadora. O que se tem a fazer é buscar autonomia sobre sua própria prática de ensino. Não se pode prender a manuais descritivos, mas inovar, levar o conhecimento de forma mais atraente e contextual possível, discutir fatos que ocorrem em sociedade e os seus agentes de funcionamento, suas regras, norma e sua organização. Dessa forma, é essencial levar essas questões ao alunado de forma acessível, bem como fazer uma interface com a realidade, e, por fim, instigar sua criticidade para a produção de atividades.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA E OS MANUAIS DIDÁTICOS

3.1 A Institucionalização da Sociologia

Ciência ou militância social, a Sociologia é, antes de tudo, produto da modernidade, como tal destinada ao múltiplo. O nome surgiu na consolidação da tradição positivista que teve lugar na academia francesa de meados do século XIX. Seu primeiro usuário teria sido Augusto Comte, um epistemólogo que anunciava com entusiasmo o triunfo iminente da era da ciência capaz de diagnosticar os problemas resultantes de uma nova ordem industrial, muito mais complexa que a ordem feudal que veio substituir, e assim orientar o processo crescente frenético de seu desenvolvimento. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 19).

Conhecimento que se consolidou como ciência e foi pauta importante na agenda de lutas para tornar-se disciplina nos currículos nos sistemas de ensino superior e na educação básica, a Sociologia vem trilhando um longo caminho para se concretizar como disciplina no currículo do Ensino Médio. Apresentada e defendida em curso pelas ideias e pensamentos de Durkheim em 1887 na França, aos poucos seu conhecimento foi disseminando por todo o mundo, tendo fundamentos no positivismo.

As discussões em torno da obrigatoriedade da Sociologia nos currículos inicia-se em meados de 1891, com a reforma educacional liderada por Benjamim Constant, no então Ministério de Instrução Pública, do governo de Deodoro da Fonseca, quando ela aparece nos cursos secundários e superiores como disciplina obrigatória. Com a morte do então ministro, essa reforma não chegou a ser concretizada na prática. A partir da chegada do Ginásio Nacional, é retirada do sistema de ensino, voltando apenas em 1925 com a Reforma Rocha Vaz, sob o decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, o qual determina que a Sociologia seja incluída como disciplina obrigatória nos cursos preparatórios. Vemos, desse modo, que a Sociologia tem traços de intermitência no currículo educacional e, de acordo com Oliveira (2014, p. 286),

Ainda que os cursos de Ciências Sociais apenas tenham iniciado suas atividades nos anos de 1930 (MICELI, 1989), o ensino de Sociologia antecede essa realidade, tendo havido a introdução dos estudos na Educação Básica tanto nos pareceres de Rui Barbosa, quanto na Reforma por Benjamim Constant (MACHADO, 1987) e, de reforma mais enfática, a partir dos anos de 1920, com a Reforma Vaz e Francisco Campos, esta última já nos anos de 1930, que, apesar de não terem um alcance nacional, atingiram diretamente o Colégio Pedro II, que servia de modelo para as demais escolas do País (GUELFY, 2001). Esse cenário gerou uma particularidade: o fato de que os primeiros professores de Sociologia eram autodidatas nessa área do conhecimento (MEUCCI, 2001), muitos deles elaboraram manuais de Sociologia voltados para a Educação Básica.

Outro ponto que contribuiu para a efetivação da Sociologia foi o reingresso da disciplina no Sistema Escolar Brasileiro na metade do século XX, com presença significativa no currículo dedicado à formação dos educadores primários e secundários nos estados de Rio de Janeiro e Pernambuco, que inseriram a disciplina no currículo das escolas normais. A Sociologia no Ensino Médio demonstra em seu itinerário que passou por momentos de instabilidades no currículo educacional, passando por diversas reformas diante de contextos políticos e reformulações de currículos que a deixaram fora das grades curriculares. Retorna ao currículo como disciplina tardiamente no aparato legal da educação, apenas em meados da década de 1990, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, em seu artigo 36, § 1º, inciso III. Neste artigo de lei, estabelece-se que, ao término do Ensino Médio, os alunos deverão ter o domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia como necessários ao exercício da cidadania, tornando-a, assim, disciplina integrante do currículo. A partir desse momento, espera-se que os professores que estejam ministrando aulas de Sociologia passem a compreender os indivíduos inseridos dentro de um contexto de socialização e desnaturalização. Essa luta vem sendo travada por diversos agentes sociais desde os anos de 1980 e hoje se torna uma conquista real no currículo do Ensino Médio, como podemos ver:

À vista disso, faz-se mister notar que, desde o início da década de 80, parlamentares, estudantes, professores, entidades da sociedade civil vêm reclamando o retorno da Sociologia aos conteúdos escolares da Educação Básica, dada a sua importância para o processo de qualificação profissional e de formação da cidadania. Trinta e sete anos depois de excluída dos currículos escolares brasileiros pelo regime militar, a disciplina Sociologia voltou a ser obrigatória, por força da Lei 11.684/08. Antes disso, em 2006, o Conselho Nacional de Educação havia elaborado uma resolução que tornava obrigatório o ensino de Sociologia e de Filosofia nas escolas de Ensino Médio, e concedendo prazo de um ano para as redes estaduais se adaptarem a esta nova exigência. Finalmente, em 2 de junho de 2008, após ser aprovado pelo Senado, a Presidência da República sancionou o Projeto de Lei que torna obrigatório o ensino das duas matérias nos três anos do Ensino Médio. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p. 05)

A Sociologia no Brasil está marcada por influência do contexto político e a representação de interesses sociais os quais refletem na definição de um discurso pedagógico que direciona o ensino de Sociologia. Isso se comprova pelas reformas educacionais ocorridas no país, quando os currículos representam um modelo de sociedade e ditam que tipo de educação desejam implementar. É importante salientar que a história da educação brasileira apresenta-se marcada por quatro modelos de currículo, e que a Sociologia tem um espaço

adotado em cada modelo: o Currículo Clássico Científico, Currículo Tecnista, Currículo Científico e Currículo das Competências. Cada corrente aponta para um direcionamento de sociedade e governo em dado momento histórico.

De acordo com Silva (2007), os argumentos para a inclusão da Sociologia no currículo do Ensino Médio são os mais variados possíveis, mas dependem muito das concepções dominantes sobre educação, sociedade, Estado e ensino. Ao definirmos o papel da Sociologia no currículo, devemos pensar que tipo de sociedade desejamos formar, o que torna claro que a insegurança da Sociologia no currículo é o reflexo do processo histórico-social do país, consequência das inúmeras reformas educacionais proporcionadas pelos governos ao longo do tempo.

Assim, o processo de institucionalização do ensino de sociologia no Brasil, em suas dimensões burocráticas e legais, dependem dos contextos histórico-culturais, das teias complexas das relações sociais, educacionais e científicas, que atuam na configuração da sociologia a partir de sua relação com o sistema de ensino. (SILVA, 2007, p. 405).

A inserção da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio gera debates em torno do papel da Sociologia como uma ciência de caráter social que reflete sobre a função social da escola e das práticas pedagógicas as quais possibilitam a compreensão dos contextos sociais, causando inquietações e despertando o imaginário social dos educandos.

Deve-se, logo, voltar o olhar para o ensino de Sociologia no ensino médio na tentativa de identificar o sentido com que está sendo aplicada a disciplina e quais políticas públicas atendem a essa demanda.

As Orientações Curriculares para o Ensino de Sociologia apontam que, ao lecionar Sociologia, devem-se relacionar intrinsecamente tema, conceito e teoria, de forma que um complemente o outro e nunca de forma separada. Sendo assim, surge a responsabilidade do professor no ato da transposição didática, de contextualizar e dar sentido aos conteúdos para que estes se tornem significativos e não apenas temáticas a serem cumpridas como componentes disciplinares.

A Sociologia tem o mérito de proporcionar uma análise e interpretações de fatos distintos na sociedade, e isso é possível no sentido que é atribuído aos conteúdos, quando os professores buscam ferramentas pedagógicas que tornem esses conceitos mais próximos, podendo partir do próprio meio no qual o aluno está inserido. Não é missão da Sociologia transmitir conteúdos desconectados da realidade social.

O aluno pode aprender os conteúdos de Sociologia ou quaisquer outros sem lhes atribuir qualquer significado; é o que acontece quando aprende de uma forma puramente memorizada, em que é capaz de repetir os conteúdos ou de utilizá-los mecanicamente sem entender o que está dizendo ou o que está fazendo. Não é isso que pretendemos para a Sociologia, no ensino médio; ao contrário, propomos uma aprendizagem que tenha relevância real e teórica social e política. (BRIDI, 2010, p. 70).

Ensinar Sociologia no ensino médio é questionar os alunos diante de uma inquietude própria dos adolescentes em uma sociedade mutável. Desse modo, a prática pedagógica de professor deve ir ao encontro dessas inquietudes. Para isso, os professores têm como ferramenta o livro didático a ser explorado em conjunto com os estudantes, porém, muitas vezes, esse livro não é suficiente, ou não é usado pelo professor, que busca pesquisar outros recursos didáticos para explorar em sua aula.

O ensino de Sociologia surge com o caráter de uma disciplina capaz de inserir o sujeito na sociedade com uma percepção crítica e reflexiva sobre os fenômenos sociológicos do seu cotidiano, buscando despertar a imaginação sociológica. Nesse sentido, o professor é o principal mediador nesse processo, pois é ele quem vai apresentar, problematizar e despertar a reflexividade nos educandos. Para isso, deve, então, direcionar a sua prática utilizando as inovações metodológicas na tentativa de atrair a atenção e elevar o nível de aprendizagem dos alunos. Esse imaginário sociológico é um mecanismo de interação com a sociedade em que está inserido como podemos ver a seguir:

A imaginação sociológica, como vimos, é uma ferramenta para que olhemos o mundo a nossa volta com olhos mais atentos aos significados, por vezes ocultos, de nossas ações sociais. Com ela nos possibilitamos a não somente participar de maneira mais ativa de nossa sociedade e de nosso tempo. Mas também a interpretar essa participação. Seríamos, de qualquer maneira, construtores de história, mas não como poderíamos ser, caso tivéssemos maior consciência de como e por que fazê-lo. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012 p. 47).

A Sociologia retorna ao currículo com a perspectiva de despertar os alunos do Ensino Médio para os contextos reais, além da disseminação de conhecimentos que levem os sujeitos a se perceberem nos diversos segmentos da sociedade, podendo assim analisar e identificar os diversos paradigmas que regem a sociedade. Como nos aponta Lima e Oliveira (2014), quando falam sobre

À obrigatoriedade da presença da Sociologia nos currículos de Ensino Médio, novos desafios vem sendo enfrentados pela disciplina. Um deles é fazer da mesma uma ferramenta para o estudante e a comunidade escolar passar a ter um papel ativo no debate e na construção da realidade social. (LIMA; OLIVEIRA, 2014, p.).

Usar a Sociologia como uma ferramenta para despertar para o papel social crítico sobre a realidade nos faz pensar que o desafio maior do professor da disciplina, agora, é articular recursos didáticos para apresentar os diversos fundamentos teórico-conceituais e, assim, articular às propostas dos marcos regulatórios de ensino, despertando e apreendendo a atenção dos alunos para esse olhar ativo.

3.2 O Estado Brasileiro e o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um dos programas mais antigos do Governo Federal, voltado para a distribuição de livros para as escolas da rede pública de ensino brasileiro, atendendo também instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais. Financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e passados mais de 80 anos de sua criação, o programa foi passando por diversas modalidades e nomeações, por isso, consideramos conveniente utilizar um pouco da sua história para melhor compreensão, já que esse programa passa por várias mudanças na sua trajetória, tanto no que diz respeito às suas fases quanto na sua execução até os dias atuais.

No Brasil, registra-se em 1929 a criação do primeiro órgão para legislar sobre a política do livro didático – o Instituto Nacional do Livro (INL). Porém, esse programa só foi posto em prática no ano de 1934, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas.

O ministro do Ministério Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo brasileiro, sugeriu a Getúlio Vargas a criação de decreto-lei para fiscalizar a elaboração dos livros didático [sic]. A comissão foi criada em 1938 e ‘estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais, e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde’. (FERREIRA, 2008, p. 38).

Silva (2012) assinala ainda que foi com o processo de redemocratização no país, datado nos anos de 1985, que o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional de Livro Didático com a meta de disseminar a distribuição de obras didáticas por todas as escolas.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é formado por uma equipe de professores e pesquisadores de escolas e universidades públicas, escolhidos e convidados a analisar os livros disponibilizados pelas editoras, quando analisam resenhas de livros selecionados pelo programa para divulgação. No Brasil, todos os alunos das escolas públicas (do Ensino fundamental e Médio) recebem gratuitamente seus livros escolares, escolhidos por seus professores e coordenadores de suas escolas, os quais seguem o Guia do Livro Didático para a sua escolha.

No contexto atual, o livro didático é um direito assegurado no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma política pública no âmbito educacional de distribuição de obras literárias e livros didáticos, que surgiu com as seguintes atribuições definidas no seu artigo 15º do decreto Nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010, o qual aponta que o PNLD deve:

- I - organizar e apoiar a inscrição de obras e dos titulares de direito autoral ou de edição;
- II - analisar a documentação e proceder à habilitação dos titulares de direito autoral ou de edição;
- III - realizar a triagem das obras, diretamente ou por meio de instituição conveniada ou contratada para este fim;
- IV - apoiar o processo de escolha ou montagem dos acervos e compilar seus resultados, a fim de subsidiar as fases de negociação, aquisição, produção e distribuição;
- IV - realizar a negociação de preços e formalizar os contratos de aquisição; e
- V - acompanhar e realizar o controle de qualidade da produção e distribuição das obras, de acordo com as especificações contratadas. (BRASIL, 2010.).

O livro didático é um dos recursos físicos palpáveis mais presentes na sala de aula, os quais são tomados como auxílio dos professores. Porém, seu uso necessita de adequação e atribuição de sentido, tanto pelo professor como pelo aluno, conforme aponta Meksenas (1990): “[...] o professor da escola brasileira cada vez mais tem organizado suas aulas a partir das informações contidas nos livros didáticos”. Essa é uma prática comum tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

Pensando o livro didático como o fruto de uma política pública que garante um direito conquistado e que deve ser garantido através das ações do Estado, é sensato pensar na função do Estado, o qual é um mecanismo de controle social que evidencia a organização e a garantia de direitos na sociedade, por meio de diversos setores de organização governamental, na qual as ações são geridas por áreas específicas dos governos através de ações públicas que são direcionadas para diversos setores da sociedade.

Ações políticas já nos trazem a ideia de demandas ou atos promovidos pela administração pública direta ou indireta. Essas ações têm como desígnio a condução dos mais variados aspectos do dia a dia de uma sociedade, em um Estado Democrático de Direito para garantir acesso a saúde, moradia, segurança, educação. Diante desse contexto, a constituição de 1988 aponta, em seu artigo 206, que o ensino escolar deve se basear nos seguintes aspectos, para garantir o acesso à educação de todos, quando o governo deve desenvolver estratégias que garantam:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Gratuidade do ensino público;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar;
- VI - Gestão democrática; garantia de padrão de qualidade.

Esses fundamentos devem ser garantidos, e é dever do Estado agir através de ações para atender cada uma destas garantias, possibilitando um ensino de qualidade e acesso à educação e, conseqüentemente, a recursos didáticos. Para isso, o governo, através do Ministério da Educação (MEC), criou programas federais para atender a essa demanda da educação com os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Educação Infantil (PROINFÂNCIA); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), entre outros programas planejados e elaborados para a garantia de acesso à educação, como designa a Carta Magna do nosso país. Sendo assim:

O Plano Nacional do Livro Didático é, como se sabe, um programa que avalia e distribui livros didáticos para as escolas públicas do país. Instituído por decreto em 1985 – quando se previa a aquisição gratuita e universal para os alunos do então chamado ensino de 1º grau –, foi ampliado, desde 2003, para o ensino médio. Atualmente este Programa faz do Estado brasileiro, um dos maiores compradores de livros do mundo, senão o maior. (MEUCCI; BEZERRA, 2014, p. 91).

Sendo o Plano Nacional do Livro Didático uma política pública que surgiu a partir da necessidade apresentada e identificada pelos governantes, em uma área específica de atuação, então, cabe ao governo cumprir com o seu papel, no sentido de garantir que todos os alunos e professores tenham acesso aos livros didáticos.

Diante desse contexto, as políticas públicas são um conjunto de ações desenvolvidas com a finalidade de orientar e garantir os direitos dos cidadãos. Em relação a tomadas de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos, o PNLD foi elaborado com os seguintes objetivos para o livro:

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
- III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;
- VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2017).

Considerando a bibliografia estudada, afirma-se que o livro didático é um dos recursos pedagógicos que está presente há décadas nas escolas e na prática dos professores. Além disso, as editoras que elaboraram os livros didáticos recebem um alto investimento por parte dos governos brasileiros para a aquisição e distribuição desse material para as escolas públicas através do PNLD.

O governo realiza um alto investimento com a aquisição de livros didáticos para toda a educação básica brasileira, como podemos observar na tabela I, acerca do investimento do governo em livro didáticos nos anos de 2017 a 2019. Observa-se que o ano de 2018 foi o que mais teve investimentos na aquisição de livros, com investimento de R\$ 879.770.303,13 e ampliação de maior número de exemplares. É um alto investimento do governo, distribuído em todo o país para as escolas, por isso, há a necessidade de investigar se esses manuais estão, de fato, sendo usados por alunos e professores. Porém, para vislumbrar todo esse cenário, delimitamos uma pequena parcela dos manuais de sociologia, a saber, os que foram incluídos no programa recentemente, no ano de 2012.

Quadro 1 - Valores de aquisição dos manuais do PNLD nos anos 2017 a 2019

Ano	Escolas beneficiadas	Alunos beneficiados	Quantidade de exemplares	Valor da aquisição
2017	20.228	6.830.011	33.611.125	R\$37.172.553,45
2018	19.921	7.085.669	89.381.588	R\$879.770.303,13
2019	20.229	6.962.045	20.835.977	R\$251.830.577,40

Fonte: dados do FNDE.

3.3 Os manuais didáticos de Sociologia

De acordo com a literatura consultada, constatamos que os primeiros registros dos livros didáticos no Brasil estão datados do período imperial, a partir dos anos de 1820, quando surgem as primeiras escolas, como nos aponta Silva (2012):

No caso brasileiro, a utilização mais sistemática do livro didático no ensino remonta ao período imperial. Sobre a inspiração do liberalismo francês, o Colégio Pedro II foi criado no Rio de Janeiro na década de 30 do século XIX. A escola servia apenas às classes economicamente privilegiadas que tinham como referência de educação e cultura a Europa e, em particular, a sociedade francesa. Neste caso, para atender aos objetivos educacionais da elite nada melhor do que buscar o que havia de produção didática na própria França. Manuais didáticos em francês ou traduzidos para o português eram importados. No Brasil, a imprensa, instalada por D. João VI por ocasião da transferência da Corte Portuguesa em 1808, ainda não oferecia boas condições para a produção e publicação de textos didáticos no século XIX. (SILVA, 2012, p. 808).

Com o itinerário da Sociologia e sua implementação no currículo do Ensino Médio, muitas pesquisas surgiram em torno do ensino da disciplina, das práticas pedagógicas e dos recursos didáticos, como a dissertação de Meucci (2000) intitulada “A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos”. Nesse trabalho, a autora realiza uma análise dos manuais de Sociologia após a reinserção da disciplina, com um olhar voltado para os primeiros livros publicados no Brasil.

Como observamos, no Brasil, a substituição sistemática de compêndios de sociologia estrangeiros por nacionais ocorreu a partir dos anos 30, após a implantação da disciplina nos programas dos cursos complementares e

normais e a institucionalização acadêmica das ciências sociais. Tal substituição naturalmente exigiu a mobilização repentina de esforços para a composição de um conjunto significativo de obras. Importante, portanto, procurar identificar, em linhas gerais, a origem dos pioneiros sistematizadores do discurso sociológico (MEUUCI, 2000, p. 37-38).

A autora aponta, ainda, as condições que favoreceram o surgimento dos primeiros manuais, que foram o fato da sociologia ter se concretizado disciplina no sistema de ensino regular, por isso a necessidade de obras que fossem ao encontro do ensino da disciplina, e o aparecimento do mercado editorial que atendesse à demanda de produzir obras sociológicas.

Meucci (2007) aponta que, no Brasil, a substituição de compêndios estrangeiros por obras nacionais está datada a partir dos anos 30, com a implementação das Ciências Sociais na academia brasileira. Apresenta uma discussão das produções dos manuais didáticos de Sociologia no Brasil entre os anos de 1930 a 1945, investigando as condições em que os manuais foram elaborados, apresentando um perfil profissional e acadêmico dos autores e as influências e produções das principais editoras no País.

Um ponto que contribui para a reintrodução de manuais didáticos foi o reingresso da Sociologia no sistema escolar brasileiro na metade do século XX, com sua presença significativa no currículo dedicado à formação dos educadores primários e secundários nos estados de Rio de Janeiro e Pernambuco, que inseriram a disciplina no currículo das escolas normais.

Apenas os primeiros manuais de sociologia, publicados no início do século XIX, dedicados à explicação sociológica do ato criminoso, foram impressos em Recife pela Livraria Contemporânea. Não podemos esquecer que Recife teve nesta época (na passagem do século) uma vida intelectual dinâmica que gravitava em torno da famosa Faculdade de Direito. Porém nas décadas de 20 e 30, com a transferência dos centros de produção agrícola do Nordeste para os estados do Sudeste (particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentrou o capital proveniente da promissora economia cafeeira), houve também uma transferência dos centros de produção cultural. E foi no Sudeste e no Sul que se estabeleceu a nova indústria editorial brasileira capaz de organizar o empreendimento de nacionalizar os livros didáticos. (MEUCCI, 2007, p. 37).

Ao ser consolidada como disciplina no Ensino Médio, a Sociologia passou a integrar o quadro dos manuais do PNLD. Diante de premência deste currículo, segundo Meucci (2007), o surgimento do primeiro conjunto de livros didáticos de Sociologia está particularmente relacionado a duas dimensões favoráveis: (a) a consolidação da disciplina no sistema de ensino regular; (b) o surgimento de um mercado editorial especialmente voltado à reprodução de obras sobre o Brasil e ao investimento na área pedagógica.

Observamos, na tabela abaixo, a relação de manuais de Sociologia apresentados por Meucci em 2000, que traz os primeiros registros de manuais de sociologia.

Quadro 2 - Os primeiros manuais de Sociologia

	ANO	MANUAL/AUTOR	NÍVEIS DE ENSINO PARA O QUAL FORAM ELABORADOS
1	1900	<i>Sociologia Criminal</i> , de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.	Faculdades de direito
2	1906	<i>Estudos de sociologia criminal</i> , de Luciano Pereira da Silva.	Faculdades de direito
3	1906	<i>Sociologia criminal: estudos</i> , de J. Mendes Martins.	Faculdades de direito
4	1926	<i>Introdução à sociologia geral</i> , de Pontes de Miranda.	Faculdades de direito
5	1931	<i>Sociologia</i> , de Delgado de Carvalho.	Escolas secundárias.
6	1933	<i>Lições de sociologia</i> , de Achiles Archero Junior.	Escolas secundárias.
7	1933	<i>Sociologia Geral</i> , de Rodrigues de Meréje.	Escolas secundárias.
8	1933	<i>Ensaio de sinthese sociológica</i> , de Miranda Reis.	Escolas secundárias.
9	1934	<i>Sociologia: problemas prévios</i> , de Tito Prates da Fonseca.	Escolas secundárias.
10	1934	<i>Sociologia experimental</i> , de Delgado de Carvalho.	Escolas secundárias e normais
11	1934	<i>Elementos de sociologia para escolas normais</i> , de Nelson Omegna.	Escolas secundárias e normais
12	1934	<i>Princípios de sociologia</i> , de Djacyr Menezes	Escolas secundárias
13	1935	<i>O que é sociologia</i> , de Rodrigues Meréje.	Escolas secundárias
14	1935	<i>Noções de sociologia</i> , de Francisca Peeters.	Escolas secundárias e normais confessionais
15	1935	<i>Princípios de sociologia</i> , de Fernando de Azevedo	Universidades e faculdades e escolas normais
16	1938	<i>Sociologia cristã</i> , de Guilherme Boing.	Escolas secundárias confessionais
17	1938	<i>Sociologia (outros aspectos da filosofia universal: solução dos problemas sociais)</i> , de Manuel Carlos.	Escolas secundárias
18	1938	<i>Noções de sociologia</i> , de Roberto Lyra.	Faculdades de direito
19	1938	<i>Preciso de sociologia</i> , de Paulo Augusto	Escolas secundárias

Fonte: (MEUCCI, 2001)

O PNLD do ano de 2012 teve significação especial para as Ciências Sociais, pois, a partir desse ano, foi incluído o livro da disciplina de Sociologia, sendo a primeira vez que foram avaliados e distribuídos livros da disciplina desde seu ingresso como componente curricular obrigatório no Ensino Médio no ano de 2008.

Com a consolidação da disciplina, são elaborados quatro princípios básicos que fundamentam a produção do livro didático, o qual deve seguir fundamentos que contemplem as áreas da Antropologia, Sociologia e da Ciência Política, pois se trata de um único manual para as Ciências Sociais e deve corresponder às teorias propostas por cada área. O livro de Sociologia surge, assim, como um recurso teórico-metodológico ao professor que irá contemplar a sua prática pedagógica, mas é necessário que o professor não se deixe dominar por ele, ou seja, que este não perca a sua autonomia de ensino diante dos contextos ideológicos do livro didático.

Podemos afirmar que quatro princípios básicos fundamentaram a elaboração dos critérios específicos da Sociologia:

1. Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia.
2. Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas.
3. Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social.
4. Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia. (BRASIL, 2011, p. 08)

Nesse período, os principais livros didáticos aprovados e adotados pelo PNLD foram: Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, de Helena Maria, Bomeny Garchet, Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros da Editora do Brasil, e o livro Sociologia para o Ensino Médio, de Nelson Dacio Tomazi, da Editora Saraiva. Este último livro é adotado pela maioria das escolas.

A implementação da Sociologia é fruto de lutas e resistências travadas por percussores no itinerário da disciplina. Sabemos que as datas são dados indissolúveis e significantes na identidade de fatos históricos, pois a representação da cronologia traz consigo marcas e representações de discussões e de mudanças sociais, aprestando uma objetividade própria de cada período. A institucionalização da Sociologia está representada por datas e personagens que lutaram em defesa desta como disciplina no currículo educacional. Assim, as produções dos manuais didáticos estão marcados nesse processo histórico da disciplina, que foi ganhando espaço social e atribuições sociais e traz consigo elementos e representações cultural.

Em outras palavras, os livros didáticos são fonte de análise que permitem reconhecer condições de circulação ampliada de um determinado campo de conhecimento, os agentes protagonistas desta tarefa e principalmente a natureza dos processos de seleção e ‘canonização’ de certos conteúdos, autores, temas, teorias e abordagens. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo, um ‘lugar’ privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (MEUCCI, 2013, p. 6).

Finalmente, não se pode esquecer que o livro didático é elaborado com a finalidade mais imediata de servir de instrumento de ensino e aprendizagem. Por isso, há uma tensão muito singular do autor de obras didáticas que, afinal, dialoga, simultaneamente com o professor e o aluno:

Por um lado, se diz que o livro não configura apenas como recurso didático, mas também como única obra de referência para os professores. Por outro lado, afirma-se que tais livros são bens escolares ignorados tanto por professores quanto por alunos: seria então, nessa perspectiva, um artigo inútil, quando não dispõe contra o ensino e a aprendizagem de qualidade. (MEUCCI, 2014, p. 214).

Diante dessa dinâmica, a escolha, a distribuição e a mediação dos manuais didáticos possibilitam reflexões relevantes sobre a prática docente de cada escola. Sabendo que a disciplina de Sociologia também recebe o manual didático – que é uma conquista para as Ciências Sociais –, passa-se a exigir dos professores uma percepção maior de sua importância por ser uma disciplina recente o currículo.

Sendo assim, o ensino de Sociologia deve ser, nos currículos, não apenas uma disciplina que objetive despertar o senso crítico, mas que desperte caminhos que oportunizem o senso reflexivo crítico, autônomo e prático – por meio de práticas contextualizadas – a partir dos recursos que se tem em mãos, o livro didático, o qual ganhou, ao longo dos anos, espaço no currículo e traz direcionamentos para a sala de aula.

O livro didático tem significado importante para a difusão dos saberes das diversas áreas de conhecimento na escola. Ele possui características específicas e, com estas, funções igualmente vastas, especialmente no contexto de consolidação dos componentes curriculares da educação básica. Mesmo sendo destinado em primeira instância aos estudantes – com sua linguagem, seu caráter imagético, enredo e complexidade – o livro didático adquire fundamental importância também para os professores. Estes fazem a mediação entre a ferramenta didática e o aluno, esclarecendo os conteúdos, estimulando seu uso, leitura, pesquisa, acrescentando dados, explanando suas sugestões didáticas, entre outras formas de intervenção. Essa atuação é importante para o entendimento das políticas públicas educacionais e, nesse caso, das políticas públicas educacionais voltadas para o livro didático de Sociologia. (CAVALCANTE; SILVA p.134. 2016).

Sabe-se que geralmente os docentes buscam, em suas práticas pedagógicas, atribuir sentido ao que é apresentado pelos manuais de ensino. No caso do ensino de Sociologia, não é diferente, pois existem anseios epistemológicos e didáticos próprios.

Diante do panorama de produções acadêmicas e científicas acerca do uso do livro didático (LD) no Ensino Médio, realizamos um mapeamento das produções apresentadas sobre o objeto aqui explorado. Nessa investida, foram encontradas diversas abordagens, pesquisas e trabalhos apresentados sobre a análise do livro didáticos de Sociologia; produções que versam sobre o surgimento dos primeiros manuais. Constatamos que, após a inserção da Sociologia como disciplina permanente no currículo do Ensino Médio, vários estudos aparecem sobre o livro didático, como, por exemplo, a dissertação de Meucci (2000) intitulada “A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos”. Nesse trabalho, a autora apresenta um panorama dos primeiros manuais, apresentando aspectos metodológicos, editoriais e o contexto acadêmico e profissional dos autores e dos livros analisados. Meucci apresenta uma discussão acerca das produções dos manuais didáticos de Sociologia no Brasil entre os anos de 1930 a 1945, investigando as condições em que os manuais foram elaborados, e apresenta um perfil profissional e acadêmico dos autores, bem como as influências e as produções das principais editoras no País. A autora aponta, ainda, as condições que favoreceram o surgimento dos primeiros manuais, que dizem respeito ao fato da Sociologia ter se concretizado como disciplina no sistema de ensino regular – com a necessidade de obras que fossem ao encontro do ensino da disciplina – e o aparecimento do mercado editorial que atendesse à demanda de produzir obras sociológicas.

A dissertação de Sarandy (2004), intitulada “A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil”, é outra referência importante a ser utilizada neste trabalho investigativo. Nessa pesquisa, apresenta-se uma análise reflexiva sobre a inserção da Sociologia enquanto disciplina, tomando como suporte o livro didático. O trabalho enfatiza os desafios enfrentados pela disciplina após a sua reinserção e a produção de manuais didáticos diante do contexto de seus produtores.

No ano de 2015, aparece a publicação do artigo intitulado “Ferramenta didática ou Guia Curricular? Percepções de professores sobre o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia em escolas do Ceará”, elaborado por Sousa Neto, Almeida e Pessoa (2015), os quais apresentam uma análise descritiva com questionamentos sobre qual a função do livro e a visão dos docentes sobre a sua escolha.

Outro trabalho que aborda a temática é o artigo de Bueno, Iuleika, Carneil e Fagner (2015), apresentado como “Recursos livres, livros fechados: uma análise da dimensão interativa dos objetos educacionais digitais no ensino da sociologia”. Nesse artigo, os autores apontam questionamentos sobre os recursos digitais, e o livro didático aparece como um desses recursos. O trabalho de Lima (2012) também traz uma discussão para compreender o livro didático como objeto de pesquisa.

No ano de 2013, Meucci apresenta mais uma abordagem, apontando dessa vez o “Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia”. Outro trabalho relevante para esta pesquisa é realizado por Silva e Souza (2013) e intitulado “Manuais de Sociologia: uma análise comparativa entre conteúdos e metodologias para o ensino médio”. Meucci (2014), ainda tece “Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia”. Outra discussão sobre o livro, dessa vez apresentando o livro como mercadoria, surge no artigo de Munakata “O livro didático como mercadoria”. E, em 2009, tivemos a contribuição de França, que apresenta “Entorno” da Transposição Didática da Disciplina de Sociologia no Ensino Médio do Paraná – “A Construção de Seu Universo Gravitacional”.

Essas são algumas das discussões acerca dos manuais didáticos de Sociologia, as quais contribuíram para a discussão de tais manuais em torno da disciplina escolar.

Pensando na necessidade de compreender como são apropriados e mediados os livros didáticos de Sociologia e como estão sendo contextualizados os conteúdos diante da realidade social e econômica dos alunos na região do Cariri paraibano, procuramos averiguar se existe uma relação de dependência ou autonomia entre o professor e o livro didático; se os professores observam os discursos e a linguagem apresentados pelos manuais; se os docentes detêm autonomia para apropriarem metodologias ao livro, caso seja necessário, ou estão presos às descrições do livro, que muitas vezes se transforma apenas em um manual de instrução na sala de aula; se, ao mediar os conteúdos do livro, é proporcionado o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, partindo do pressuposto de que a Sociologia prepara o educando para o exercício pleno de sua cidadania.

Sobre as inquietações acima, é importante refletir sobre os questionamentos postos por Moraes (2017, p. 25):

Que função cumpriria o livro didático? Os manuais, as enciclopédias, as cartilhas são parentes próximos do livro didático; como são também as apostilas e eram, na década de 1970, os textos de instrução programada. Caracteriza-se por ser um complemento à aula, no sentido de reforço ou aprofundamento. É possível tomá-lo como instrumento do aprendizado auto didático, nesse caso aparecendo como substituto do professor (um exemplo,

livro-curso de Inglês sem Mestre). Complementar ou substituir? Não vem ao caso, embora seja interessante essa discussão. Parece que há outros problemas no uso do livro didático, mesmo a partir de uma perspectiva convencional. O livro didático muitas vezes consagra um conteúdo, e se não substitui o professor, o anula quanto à realidade em que trabalha; apresenta uma interpretação tomada como definitiva e válida, enquanto que o discurso do professor passa por parcial, sujeito a interpretação e arbitrário.

Diante desses fatos, vemos que o livro não pode ser considerado um instrumento de informações prontas, em que o educando reproduz apenas pensamentos e respostas elaboradas, a partir de conhecimentos simplificados apresentados que nem sempre estão conectados à realidade da comunidade em que o aluno está inserido (VERCEZE e SILVINO, 2008). O livro didático é uma das fontes pedagógicas que trazem representações objetivas e subjetivas de um currículo escolar, apontando recortes históricos, regionais e pedagógicos de cada contexto social e histórico.

No currículo escolar da educação básica, há uma grade curricular composta por disciplinas apontadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que, para cada disciplina, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) disponibiliza um manual. Cabe ao professor adequar em seu planejamento o uso dessa ferramenta pedagógica, que geralmente é composta por conceitos, discussões e exercícios de reflexão. Segundo umas das entrevistadas,

O livro didático é o recurso mais acessível que a escola oferece e que abrange todos os alunos, sendo este o maior apoio para o desempenho das aulas, possibilitando ao aluno o aporte teórico de maneira bem direcionada e organizada. (Professora - Carla).

Diante das questões postas, observamos, como princípio, que o livro adota diversas faces ao ser utilizado. Na concepção de Meucci (2013), o livro é a um só tempo mercadoria, objeto de políticas públicas, ferramenta de ensino e aprendizagem, bem como artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular. Ao investigar o uso do livro didático de Sociologia, debruçamos no processo de intervenção e mediação da prática escolar e seus saberes. Com isso, percebemos a necessidade de identificar o uso do livro didático e quais recursos aparecem para complementar a discussões aparentadas por ele. Desse modo,

Os livros didáticos produzidos recentemente são bons, muito bons, aliás; no entanto, não atendem efetivamente ao caráter didático que se lhes demanda. Há pelo menos dois problemas recorrentes. Por um lado, vigora um enciclopedismo, prosseguindo-se “toda Sociologia”; e ainda que seja algo

positivo, a presença de temas de Antropologia e Ciência Política, a revelar que, a despeito do nome histórico da disciplina - Sociologia -, o que se propõe é um curso de Ciências Sociais, em que se amplia muito o conjunto temático, teórico e conceitual de uma possível proposta curricular subsumida pelos livros didáticos. Isso atende a alguns requisitos extradidáticos: o mercado editorial exige que se atendam as três séries do ensino médio e, provavelmente – muita vez, certamente –, o primeiro ano de cursos superiores que tenham Sociologia, pois apesar de ter caído na ilegalidade, o chamado currículo mínimo ainda dá formato a muitos ciclos básicos de cursos superiores. (MORAES, 2017, p. 26).

Desse modo, ao definirmos o papel da Sociologia no currículo observamos que tipo de sociedade deseja formar, o que torna claro que as inseguranças da Sociologia no currículo é o reflexo do processo histórico-social do país, consequência das inúmeras reformas educacionais proporcionadas pelos governos ao longo do tempo. Assim, há a necessidade de contextualização e problematização dos fatos, quando os professores devem partir das trajetórias apresentadas por cada sujeito, como podemos ver no discurso de Young, 2016:

Como a maioria dos professores sabem bem, eles têm de levar em conta as experiências e o conhecimento anterior que os alunos levam para a escola e o que os motiva inicialmente. Isso faz parte dos recursos que os professores têm para mobilizar estudantes, e constitui a base para que os estudantes se tornem aprendizes ativos. Isso, porém, é bastante diferente de incluir essas experiências no currículo. (YOUNG, 2011, p. 613).

Diante desse processo, apresenta-se a relevância, o discurso e o uso do livro didático enquanto instrumento de mediação didática que propaga representações objetivas e subjetivas de um currículo escolar, apontando recortes políticos, históricos, regionais e pedagógicos de cada contexto social e histórico, em que o livro é a própria representação desse currículo, como sublinha Silva:

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda a sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo nesse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É o seu ambiente nativo. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Eles não sabem do que se trata. Esse código funciona como uma linguagem estrangeira: é incompreensível. (SILVA, 2010, p. 35).

Diante das imposições dos currículos, há uma disputa de poderes, pois, partimos da concepção de que o poder de dominação está presente em todas as relações e espaços, o que é

definido por Meksenas (1993, p. 108): “poder é a capacidade do indivíduo de impor seus interesses frente a outros”. Vejamos, como exemplo, a escola na qual o professor detém o poder de direcionar seu conhecimento para determinadas concepções. Contudo, esse docente é limitado por um currículo, que minimiza sua força, visto que o Estado, com o poder que é a ele atribuído, elabora os currículos e direciona quais as habilidades e competências devem ser desenvolvidas pelos alunos em cada modalidade de ensino.

Entretanto, devemos levar em consideração as limitações estruturais que o professor tem, haja vista que nem todos possuem acesso a equipamentos didáticos e metodológicos para proporcionar uma aprendizagem significativa, restando os manuais, que, por vezes, apresentam um discurso de dominação e ideologia política. A apropriação dos livros didáticos acaba sendo, diante desse contexto, uma reprodução do sistema escolar e docente, pois adota um discurso de dominação através de sua mediação. Desse modo,

A linguagem não é única, pode dar-se de vários modos. Em relação à escola, podemos afirmar que a linguagem se apresenta, por exemplo, no discurso do professor ou nos seus gestos, no conteúdo dos livros adotados, nos programas de ensino, nas regras de convivência ou em normas disciplinares. Tudo são meio para expressar ideias, sentimentos e modelos de comportamento. Tudo isso se constitui na linguagem da escola. (MEKSENAS, 1993, p. 136).

Com a implementação da Sociologia no currículo escolar, surge o exercício e a necessidade de reflexão sobre este ensino e os recursos didáticos que estão sendo utilizados para ministrar as aulas, assim como a compreensão de como são selecionados os recursos, conteúdos, métodos e estratégias de ensino para a abordagem da disciplina pelos professores do Ensino Médio. Logo, percebemos como são planejadas as práticas do uso do livro didático no ensino de Sociologia e de como o livro didático está sendo utilizado na prática docente cotidiana.

Sobre os processos de escolha do livro didático, existem no Brasil diversos programas governamentais que são frutos da participação dos agentes envolvidos. A exemplo disso, há o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que garante aos professores e a todo o campo educacional participar das seleções dos manuais a serem adotados pelas escolas públicas e oferecidos pelas editoras.

Na escolha dos manuais, não podemos perder de vista o fato de que eles trazem elementos e funções objetivas e subjetivas para o ensinar, que buscam instruir a ação pedagógica do professor no processo de mediação. Com o contexto de reintegração da Sociologia no currículo do Ensino Médio, o Programa Nacional do Livro Didático, desde o ano

de 2012, passou a integrar em suas produções os manuais didáticos. Com isso, volta-se para sua mediação na prática pedagógica, pois, como sabemos, o livro é um dos principais recursos para a produção do saber, e cabe ao professor mediar seu uso de maneira que garanta uma transposição didática de conteúdo, explorando e estimulando a pesquisa de outras fontes didáticas.

O ser docente é um desafio constante que exige reflexão, qualificação, elaboração e pesquisa de recursos didáticos para melhor despertar o interesse dos educandos. Dessa forma,

Educar pela Sociologia ainda é um grande desafio para os professores. A obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar de Ensino Médio é recente, a variedade de livros didáticos também e, por isso, a aplicação de um programa de Sociologia e a utilização de tais manuais não contam com a experiência de outras disciplinas escolares possuem há bastante tempo. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 137).

As Ciências Sociais possibilitam o uso de artefatos importantes que precisam ser compreendidos em suas múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas. Sendo assim, pensar a Sociologia no Ensino Médio pressupõe percebê-la como uma ciência que questiona os fatos postos como naturais pela sociedade, cabendo ao professor o papel social de mediar e contextualizar a produção do conhecimento por meio de sua prática e dos recursos utilizados como subsídios didáticos.

No desempenho de sua profissão, o professor conta com o uso do livro didático, o qual, por vezes, é o único recurso utilizado em sala de aula e que possui características instrutivas na prática docente. O livro, pois, aparece como produtor e propagador de conhecimentos, e o professor surge como agente de mediação entre o livro e os alunos na construção de saberes, pois ele irá proporcionar o contato direto, por meio da transposição didática, apresentando os conteúdos e levantando questionamentos e reflexões. Segundo Verceze e Silvino (2008), o livro didático sempre foi um dos instrumentos do trabalho pedagógico do professor. Vale ressaltar que, em muitas escolas brasileiras, ele é o único instrumento de que o professor dispõe.

Isso só nos mostra o quanto o professor tem que se “desdobrar” nesse processo de ensino, pois precisa buscar e elaborar estratégias para efetivar o ensino, levando em conta também a questão de ter que associar temas e conceitos sociológicos à realidade dos alunos. No entanto, nessa ação, deve estar presente a cientificidade, ou seja, o rigor científico. Ao contrário, isso se tornaria uma mera discursão de senso comum, um dos desafios que a Sociologia busca enfrentar.

Segundo Moraes (2010), “O livro didático de Sociologia aparece como um objeto paradoxal: embora condenada a uma intermitência no currículo do ensino médio, a sociologia nunca deixou de ser ensinada no nível superior, em cursos de administração de empresas, pedagogia, jornalismo, direito etc.”.

A Sociologia se mostra como uma disciplina que deve incitar nos discentes uma reflexão crítica acerca da realidade em que eles estão inseridos, de forma a contribuir para o desenvolvimento da consciência social. No entanto, suas idas e vindas no currículo levam muitos a questionarem a fragilidade encontrada para a transmissão desse conhecimento, visto que não há um consenso em relação aos conteúdos que devem ser ministrados nessa disciplina.

4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA PELA MEDIAÇÃO DOS MANUAIS

4.1 A formação de professores

A formação de professores é uma necessidade diante da sociedade contemporânea, a qual se mantém em processos constantes de mudanças tecnológicas, transformações sociais, políticas e econômicas que refletem diretamente no cenário educacional. Cabe, então, aos docentes estarem aptos a buscar e a viver os desafios dinâmicos da sala de aula, visto que os currículos das escolas passam por reformulações, exigindo cada vez mais domínio das áreas de conhecimento para que possam formular e reformular práticas educacionais que favoreçam a exploração de teorias.

O quadro a seguir apresenta a formação acadêmica dos sujeitos aqui pesquisados e os níveis de pós-graduação de cada um.

Quadro 3 - Formação acadêmica dos professores

Professor	Formação	Pós -Graduação
Professora Cecilia	Licenciatura em História - Universidade Vale do Acaráú	Pós-graduação em Administração Escolar (UEPB)
Professora Carla	Licenciatura plena em Ciências Sociais e Bacharel em Ciências Sociais- UFCG	Pós-graduada em Fundamentos da Pesquisa e Práticas Pedagógicas Interdisciplinares – UEPB
Professor Sabrina	Letras/ língua Portuguesa – UEPB	Com especialização. Não especificou
Professor Nicole	Licenciatura plena em Geografia pela UEPB	Não possui

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Vemos, assim, que apenas a professora Carla tem formação inicial em Sociologia, com pós-graduação em fundamentos da pesquisa e práticas pedagógicas, e está cursando uma pós-graduação *stricto sensu*, o mestrado em ensino de Sociologia – PROFSOCIO. Uma das professoras, além de não possuir formação na área, não apresenta qualquer especialização e não

fez formação continuada em Sociologia. A professora Sabrina tem formação em Letras, com especialização não especificada, e ministra aulas em mais de duas disciplinas.

Sabemos da importância da formação continuada na atuação dos professores, que tem por objetivo pensar e repensar as práticas e seus saberes. O Art. 16 da resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que rege sobre as Diretrizes Curriculares da formação inicial e continuada define que:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

O professor é um ser ativo que deve estar sempre em formação, buscando participar das discussões entorno da educação em nível de aperfeiçoamento e progressão para contemplar os anseios dos jovens contemporâneos, pois são os professores que repassam conhecimentos de gerações em gerações.

Percebemos que, mesmo com a chegada do curso de Ciências Sociais na região do Cariri, ainda há uma defasagem em relação aos professores que estão ministrando aulas de Sociologia. São professores que não têm formação específica para a disciplina e que não tiveram nenhuma formação, nenhum direcionamento para o ensino da disciplina. Essa não é realidade apenas da região do Cariri, mas de boa parte das escolas brasileiras, como podemos ver a seguir:

Tendo em vista tais considerações, devemos reconhecer que apenas ampliação dos números dos cursos de formação inicial não resolve a questão, ainda que seu impacto deva ser sentido de forma mais contundente nos próximos anos. Na maior parte dos estados nordestinos, assim como no restante do país, a proporção predominante dos profissionais que lecionam Sociologia não possui formação acadêmica para tanto, e mesmo quando possuem encontram limites estruturais para produzir uma desnaturalização “da realidade social”, tal qual preconizado pelas Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia (BRASIL, 2006), considerando o limite número de aulas semanais, normalmente apenas uma hora aula e, mesmo diante do ingresso da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, não há livros de sociologia em muitas escolas, ou em número suficiente, ou ainda, muitos alunos se recusam a receber o livro, considerando-o desnecessário para uma disciplina de apenas uma hora aula. (OLIVEIRA, 2014, p. 292).

No quadro a seguir, é possível vislumbrar a distribuição de turmas entre os professores sujeitos desta pesquisa, professores com mais de uma disciplina para ministrar e várias turmas entre elas. O que mais chama atenção é a realidade vivenciada pela professora Sabrina, que ministra aulas de Arte, Inglês, Ensino religioso, Redação e Sociologia em turmas do 6º ano do Ensino Fundamental II ao ano 3º ano do Ensino Médio. O grande questionamento é como um único professor vai direcionar sua prática pedagógica com tantas turmas e disciplinas diferentes para um público divergente. Sabemos que, por ser uma escola de um município pequeno, há poucos alunos, mas, mesmo diante da quantidade de alunos, os professores necessitam direcionar o seu planejamento convicto de seus princípios e objetivos da disciplina.

A professora Cecilia é a mais beneficiada, pois só tem três turmas para ministrar Sociologia e História, disciplinas que interagem entre si. Já a professora Carla vem de uma realidade mais próxima dos objetivos propostos pela Sociologia, pois tem 17 turmas e ministra aulas de Sociologia nos três anos do Ensino Médio. A professora Nicole, com formação em Geografia, ministra aulas de Sociologia como cumprimento de carga horária.

Esta ainda é uma realidade do ensino da Sociologia na maioria das escolas brasileiras, onde professores estão afogados com um grande número de turmas e disciplinas para ministrarem aulas.

Quadro 4 - Distribuição de turmas e disciplinas por professores

Professor (a)	Disciplinas que leciona	Número de turmas
Professora Cecilia	História e Sociologia	03
Professora Carla	Sociologia e pós-médio (parte diversificada das escolas integrais)	17 Turmas 1º ano - 7 2ºano - 6 3º ano - 4
Professora Sabrina	Arte, Inglês, Ensino religioso, Redação e Sociologia	6º ano do EF ao 3º ano do EM
Professora Nicole	Geografia e Sociologia	09

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Com as discussões apresentadas nos capítulos anteriores sobre o processo de mediação do livro didático e os recursos usados nas práticas pedagógicas, apresentaremos aqui os resultados obtidos ao final desse percurso, em uma discussão entre as observações e os dados obtidos no questionário.

Nessa pesquisa, foram consideradas as categorias de análise: o uso do livro didático de Sociologia, os professores que são formados em Sociologia e os que não têm formação na disciplina; os que usam o livro e os que não o usam.

As inúmeras pesquisas sobre o ensino de Sociologia versam sobre o processo de ensino e suas múltiplas faces, que envolvem o seu campo de atuação, suas teorias, conceitos, temas e paradigmas, os recursos de ensino apropriados, as metodologias para melhor aproximar e discutir as propostas apresentadas pela disciplina. Com o retorno da Sociologia ao currículo do Ensino Médio, ganhamos um meio de propagação do seu conhecimento, que é o livro didático, ferramenta fundamental para disseminação de suas discussões. Contudo, que cabe à figura do professor atribuir o uso do instrumento em sua prática.

O livro didático é uma ferramenta que auxilia no processo de ensino e está estruturado em conteúdos elaborados numa cronologia para o ano letivo, visando facilitar a construção do conhecimento entre professor e aluno. Essa ferramenta envolve diversas representações históricas e culturais de uma sociedade, tornando-se, assim, uma ferramenta multifacetada, pois traz internalizados diversos atores sociais, como nos aponta CAIMI, 2015:

O livro didático se constitui, atualmente, como suporte cultural que mobiliza inúmeros atores sociais na sua produção, circulação e consumo, tais como: gestores educacionais, pesquisadores, professores, estudantes e suas famílias, políticas educacionais públicas, mercado editorial, mídia, enfim, o conjunto da sociedade brasileira. Daí a importância fundamental de, no campo da educação, entender o livro didático na sua integralidade e complexidade. (CAIMI, 2015, p. 02).

Deve-se, a partir disso, garantir, no ato da mediação, que os conteúdos não se percam ou sejam defasados do contexto atual. O livro não pode limitar-se a ser apenas um artigo de lucro para as editoras, atendendo apenas à função do mercado, mas deve ser adotado como uma ferramenta que auxilia na construção do conhecimento. Não deve servir também como um propagador de ideologias que estejam alinhadas aos processos de opressão gerados pela dominação de classe. Assim, o livro didático surge com objetivos claros, porém professor igualmente precisa ter clareza, como está apresentado no art. 2º do decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010:

I - melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;

II - garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas;

III - democratização do acesso às fontes de informação e cultura;

IV - fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos; e

V - apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.

Podemos definir, dessa forma, diante desses objetivos, que o livro é um recurso com funções sociais, políticas e culturais que se consolidou como uma política pública e pode ajudar no processo de emancipação dos alunos, pois é fonte de propagação de diversas culturas, estimulando a leitura, a curiosidade, além de favorecer o desenvolvimento e melhorias de práticas pedagógicas. Com isso, vem se tornando ao longo dos anos uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem, e o professor deve ter clareza sobre os seus objetivos ao mediá-lo para que não se tornem apenas manuais descritivos.

4.2 A mediação do livro de Sociologia

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar como os professores de Sociologia de escolas estaduais do Cariri Paraibano utilizam os manuais didáticos de Sociologia, destacando os limites e as possibilidades nos processos de contextualização dos conteúdos ante a realidade dos alunos.

Essa pesquisa é um estudo de caráter qualitativo e usou como instrumentos de coleta de dados as observações de aulas, aplicação de questionário e pesquisas em fontes bibliográficas, que possibilitaram a construção de dados. A elaboração e a aplicação do questionário buscaram contemplar questões referentes à não identificação dos participantes, em relação a sua formação acadêmica, assim como ao objeto da pesquisa.

As observações das aulas foram planejadas para identificar e observar as metodologias e os recursos didáticos adotadas por cada professora, identificando as que usam o livro e as que não o usam. Foram observadas cinco aulas de cada professora. As fontes bibliográficas permitiram construir elementos e fundamentos teóricos que alicerçam o objeto pesquisado.

Ao adentrar o lócus da pesquisa, o principal objetivo era analisar e identificar se os professores estão mediando o uso do livro didático na sua prática docente. A princípio,

realizamos uma sondagem sobre a quantidade de livros recebidos nas escolas pelo PNLD em um recorte de três anos, para saber também qual livro estava sendo adotado por cada escola. Essa sondagem se deu por meio de pesquisa em sites do PNLD e em questionário, o qual foi respondido pelas professoras.

Inicialmente, apresentamos o quadro que expõe o número de livros distribuídos no período de 2018 a 2020 nas escolas onde esta pesquisa foi realizada, escolhidos no PNLD de 2018 – nos anos seguintes, são recebidos livros complementares para as novas matrículas, porém esses livros que chegam não contemplam a demanda dos alunos. Segundo as professoras, os livros não são suficientes para todos os alunos, fato que colabora para que os alunos não levem os livros para casa e deixem na escola para que todos possam usar, dificultando o trabalho.

Quadro 5 - Livros de Sociologia Distribuídos pelo PNLD- 2018 a 2020

ESCOLA	2018	2019	2020
Maria Balbina Rafael	56	18	20
Senador José Gaudêncio	376	175	109
Escola Bartolomeu Maracajá	91	31	26
Escola Professor José de Gonçalves Queiroz	526	227	176

Fonte: SIMAD (Sistema de Material Didático).

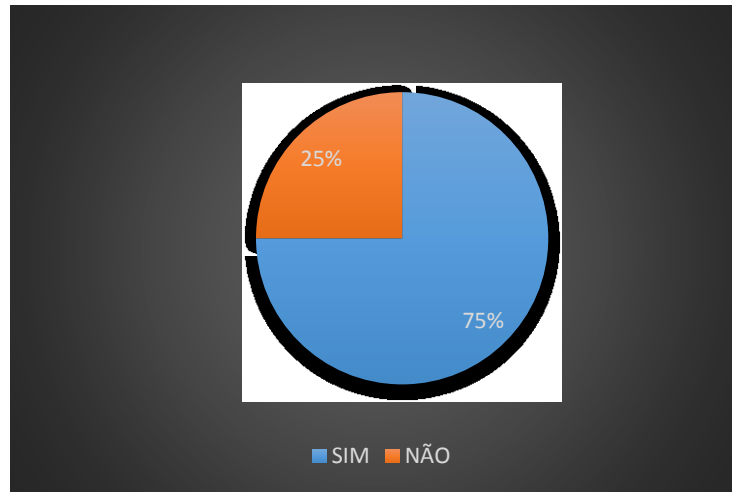
Diante das observações realizadas e da coleta de dados, identificamos que os manuais de Sociologia aparecem em todas as escolas e na maioria das práticas de ensino das professoras mencionadas, que elaboram suas propostas de ensino baseadas nos manuais, pois não dispõem de um plano de curso da disciplina.

Na questão seguinte, discorreremos sobre o uso cotidiano do livro de Sociologia pelos professores. De acordo com o gráfico, os 25% da amostragem, o que corresponde a uma

professora, aponta que usa o livro apenas quando necessário, para pesquisas, por exemplo, pois percebe no livro adotado por sua escola, *Sociologia Volume Único*, uma linguagem superficial. Outro ponto que aparece para a não utilização do manual é que nem todos os alunos têm o livro disponível para acesso, o que aponta uma defasagem no PNLD. Dessa forma, vale salientar que, mesmo sendo um recurso que é garantido por uma política pública, nem todos os alunos têm acesso ao livro de Sociologia, pois quando ele chega às escolas não corresponde ao número de alunos. Assim, os alunos precisam fazer cópias, através de xerox, ou recorrer à pesquisa na internet. Com isso, como nem todos têm o livro disponível, o professor tem que planejar sua aula com outros recursos, pensando no público que não tem acesso ao livro para a realização de leituras e pesquisas em casa.

O uso do livro didático de Sociologia é uma ferramenta didática indispensável na prática do professor, pois é, para a Sociologia, o principal meio que aproxima os alunos das teorias sociológicas e de suas discussões. Sabendo que a Sociologia é uma disciplina que passou por instabilidade no currículo do Ensino Médio, trabalhar com o livro didático é consolidar sua proposta de ensino que, tantas vezes, se vê ameaçada por reformas no currículo. Sabemos que há uma lacuna conceitual, na qual professores sentem a necessidade de discussões mais contextuais. Contudo, os docentes têm autonomia para levar debates e associar a proposta do livro a outras metodologias de ensino para, assim, promover uma contextualização e debates sociológicos.

Sobre a questão que trata das dificuldades do uso do livro didático em sala, foi observado que uma parte dos professores o utiliza apenas nas leituras, sem nenhum debate acerca do conteúdo tratado. O percentual que corresponde a 75%, o que representa três professoras, apontam dificuldades para o seu uso, como não ter domínio do conteúdo trabalhado, o fato do livro não levantar discussões nem despertar o senso crítico e reflexivo dos alunos ou não contextualizar a realidade deles. Entretanto, relatam que não deixam de usá-lo, pois é uma fonte de conteúdos elaborados de acordo com os marcos regulatórios de ensino, como as OCNs, PCNs, a BNCC, além de trazer habilidades e propostas para cada bimestre do ano letivo. Mesmo sendo um recurso que não contempla toda a sua necessidade de conceitos, o livro didático ainda é o único que a Sociologia dispõe para direcionar o ensino sociológico nas escolas públicas do Ensino Médio.

Gráfico 1 – O livro de Sociologia é usado em sala de aula?

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

O livro didático ocupa grande espaço nas práticas docentes, pois há a consciência da sua importância no processo de ensino e aprendizagem. Saber usá-lo é um desafio atual, pois corremos o risco de nos tornarmos apenas leitores de guias prontos, quando não questionamos as propostas e as discussões apresentadas por ele, relacionando-o com o contexto atual. Desse modo,

Em várias regiões do Brasil esse tipo de texto acaba sendo o único a que a população tem acesso. Por outro lado, as dificuldades com que o professor se defronta constantemente acabam por limitá-lo a tal ponto, que o emprego do livro didático passa a ser o único meio eficaz de preparar sua aula. Surge o dilema até que ponto é possível, na realidade educacional em que vivemos, prescindir do livro didático de que hoje dispomos? (MEKSENAS, 1990, p. 31).

A grande preocupação é de que o livro didático não perca a sua função diante da sociedade cercada por mídias e recursos digitais, pois o ensino escolar ainda se mantém no modelo “tradicional”, com uso de quadro, giz e livro, mesmo diante de uma sociedade que domina diversos recursos digitais. A escola necessita, portanto, “adequar-se” a essa sociedade e trazer para dentro da escola essas mídias, que irão trazer e apreender a percepção dos alunos. Ainda não é disponibilizado em todas essas escolas o recurso de livros digitais, uma opção para que o livro didático se torne de uso prático e acessível para todos os alunos. Desse modo,

Aparentemente o livro didático tem uma tarefa importante a realizar no campo educacional, sobretudo, como fonte de informação, estímulo ao espírito crítico, caminho para ajudar a revelar o mundo como ele é. No entanto, sua utilização, sem a devida reflexão, pode conduzir ao oposto e, de um bom recurso educacional, tornar-se um dos grandes males da educação escolar. (COAN, 2006, p. 102).

O professor deve sempre buscar refletir a sua prática, a maneira de ensinar, certo de que deve levar a cientificidade dos fatos, de envolver o aluno nessa relação como um agente ativo e não mero depósito de conteúdos transmitidos. Por meio de dedicações diárias e lutas, é possível adquirir as melhores condições e, assim, aperfeiçoar a prática de ensino e, conseqüentemente, a qualidade da educação, tornando, assim, os nossos alunos detentores do saber, como nos aponta Gontijo:

Só grande esforço educativo poderá levar o Brasil a condição de ser de fato, senhor dos seus destinos. Temos de formar homens, e preparar brasileiros, para uma vida realmente próspera, disciplinarmente livre, na melhor aproximação da verdadeira justiça. (GONTIJO, 2010, p. 140).

A reintrodução da Sociologia traz novos campos de conhecimentos para o currículo, por meio dos conceitos e das teorias apresentados nos livros. Cabe, assim, ao professor buscar contextualizar os conteúdos com o mundo real dos alunos, não se desprendendo do processo de interdisciplinaridade, como defendem Guimarães Neto, Guimarães e Assis (2012, p. 20):

A interdisciplinaridade é uma marca especial da Sociologia, em parte pela própria tradição, na medida em que a teoria sociológica se permitiu as mais variadas apropriações por outros campos das ciências sociais e subsidiou reflexões voltadas a especificidades de outras áreas, em parte pelo grande leque de usos possíveis das habilidades que os sociólogos desenvolveram, e continuam a desenvolver, em sua participação no mercado de trabalho.

A Sociologia se destaca por sua interdisciplinaridade, pois, como se volta para o estudo da sociedade e seus agentes sociais, ganha faces para dialogar com as diversas áreas do conhecimento. Assim, o professor de Sociologia pode se apropriar dessa característica da Sociologia para promover diálogos em sala de aula com as demais disciplinas e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento e a imaginação sociológica.

Essa constatação podemos observar no discurso da professora Sabrina:

A Sociologia é um terreno fecundo para associação com a realidade do aluno. Sempre busco associar o que estamos trabalhando em sala de aula ao mundo real dos alunos, quer seja com Sociologia, quer seja com qualquer outra disciplina.

Diante da literatura estudada, a Sociologia aparece como uma disciplina “recente” e sua estabilidade no currículo do Ensino Médio está sempre em discussão. Seus manuais têm menos

de dez anos de inclusão no PNLD, o que contribui para que a disciplina saia em desvantagem, pois ainda há professores que não dominam seus conteúdos e isso reflete na mediação didática.

Identificamos nos campos de pesquisa que a maior dificuldade dos professores em mediar o livro é não terem a formação na área, pois não possuem o domínio dos conteúdos e das discussões apresentadas por eles. Os livros didáticos, por vezes, tornam-se meros guias curriculares, por meio dos quais busca-se apenas seguir o que propõe o manual, como se pôde observar em um aula, em que a professora apenas lia os conceitos sem nenhuma contextualização. Os alunos não eram instigados a participar da aula e os conteúdos não tinham nenhuma relação contextual. Mesmo estando, alguns alunos com o livro nas mãos, não acompanhavam a leitura realizada. Então,

O livro serve algumas vezes, para que o aluno faça uma leitura em casa de alguma temática que será abordada, caso não tenha internet, para, quando chegar no momento da aula, ele não esteja sem uma noção mínima do que estamos abordando. (Professora Sabrina)

Além desse fato, foram identificadas dificuldades ao trabalharem com o livro no processo de ensino-aprendizagem, pois esse é um processo de mão dupla, no qual professor e aluno devem estar com livros em mãos dialogando sobre suas propostas.

Foram identificadas, assim, algumas dificuldades pelos professores ao trabalharem com o livro, e umas delas está voltada para o nível de aprendizagem dos alunos. Elencaram-se a seguir os principais fatos que dificultam o processo de mediação didática:

I – a falta de leitura por parte dos alunos, o que acaba interferindo no ato de mediação;

A primeira delas é a falta do hábito de leitura dos alunos e, conseqüentemente, a dificuldade que esta traz para a interpretação e análise das informações. Outra dificuldade é a forma de como são definidos e priorizados os conteúdos apresentados nos livros, onde alguns priorizam demais uma determinada temática, deixando de ampliar ou ofertar outros (professora Carla).

II - a linguagem que é utilizada no livro não é acessível aos alunos;

Muito preocupa a formação e a linguagem direcionadas aos alunos. Sabemos da pluralidade de jovens no ensino médio, que vêm de diversos campos com hábitos e códigos diferentes. A linguagem dos manuais não pode ser de difícil compreensão ou mesmo inacessível, extremamente formal. Moraes (2017) aponta que “Quanto à linguagem, os livros alternam linguagem elevada, próxima dos especialistas, e linguagem rebaixada, confundindo didatismo com banalização, infantilização e coloquialidade.” É um fator que acaba por

dificultar a mediação, pois os alunos não conseguem incorporar os códigos apresentados, achando o livro desinteressante. Dessa forma, não há sincronia com o professor nem com o livro. Sabemos que a escola reproduz e atende aos interesses da classe dominante, que dita sua funcionalidade e sua linguagem, o que o torna excludente, pois, muitas vezes, adota uma linguagem que não é acessível nem pode ser compreendida por alguns. Assim, os alunos não se identificam dentro desse espaço e se excluem, desistindo de progredir nos estudos e embarcando para o mercado de trabalho informal. Sobre essa questão, é importante destacar o que diz a professora Cecília: “A linguagem que é de difícil compreensão para os educandos e os conteúdos que na sua maioria não chamam a atenção”.

É pertinente dizer que parte dos alunos das escolas aqui mencionadas mora na zona rural e vivencia contextos com hábitos e linguagens próprias, por vezes diferentes dos alunos que residem no meio urbano. Os filhos oriundos das classes populares, ou seja, os filhos de agricultores, pescadores, que necessitam trabalhar no campo, percorrem quilômetros para chegar à escola e, ao entrarem na escola, deparam-se com uma linguagem formal, estranha, diferente da sua realidade. Eles também não dispõem de tempo para aprofundar as suas leituras, dificultando ainda mais sua aprendizagem, o que os deixa desmotivados dia após dia, até abandonarem a escola por não conseguirem dominar os códigos impostos, excludentes e classificatórios. Desse modo,

Na sociedade capitalista, a classe burguesa detém as ideias dominantes busca impregnar sua ideologia na sociedade, utilizando-se inclusive do livro didático. Com a intenção de controlar a transmissão de conhecimentos para a classe operária, acabam por reforçar a cisão entre estes e a realidade posta. Os conhecimentos são desviados em direção aos seus interesses. Aspectos históricos, filosóficos e culturais a respeito da produção do conhecimento sofrem interferência direta desta ideologia, o que traz consequências para as questões teórico-pedagógicas. (DOMINGUINI. 2011, p. 27).

III - A falta de interesse dos alunos;

Uma dificuldade também presente em todos os níveis da educação básica é o desinteresse em não querer estudar por parte dos alunos. Desinteresse esse, em que o aluno é culpabilizado por não querer estudar e não ter estímulo para a progressão nos estudos. Entretanto, sabemos que a escola tem grande contribuição nesse desinteresse, quando adota um discurso que não é compreendido pelo aluno, distante da realidade dele.

Percebemos, no discurso a seguir, que a dificuldade em trabalhar com o livro didático é o desinteresse dos alunos, pois os que têm o livro por vezes não o trazem para a sala de aula, fazendo com que o planejado para aquela aula não se concretize na prática. Nesse contexto,

Maiores dificuldades ao trabalhar com o livro didático são a falta de interesse por parte de alguns alunos, mesmo assim trabalho em equipe, e o aluno quando esquece o livro em casa. Como trabalho muito com atividades oferecidas pelo livro fica difícil para concluir meu trabalho (professora Nicole).

Dessa maneira, o professor deve sempre estar preparado para a ausência dos materiais didáticos dos alunos para que possa concluir a sua aula atendendo a todos os alunos.

IV - A superficialidade de alguns conteúdos;

As OCNs apontam que sejam trabalhados, na disciplina de Sociologia, teorias, conceitos e temas de uma forma relacional, com liberdade ao professor para que elabore sua proposta de ensino baseada nesse tripé. Porém, alguns conteúdos ainda estão ausentes nos livros didáticos e cabe ao professor buscar trazê-los para debates. Nesse momento, a formação do professor que ministra aulas de Sociologia é fundamental, pois ele saberá identificar quais conceitos precisam ser apresentados e estudados e quais teorias são indispensáveis no Ensino Médio.

Nas observações, identificamos que não ter formação em Sociologia deixa uma defasagem na qualidade de ensino, e, ao aplicar os questionários, notamos que os professores apresentam os conteúdos de forma superficial e não trabalham com o livro por não compreenderem a sua proposta, como podemos observar no discurso a seguir:

Quando estou ministrando aulas na minha formação: Língua Portuguesa, não costumo trabalhar com o livro didático por achar muito superficial a maneira como determinados conteúdos são abordados. Estando com Sociologia, percebi que não é diferente do de Português, isto é, muito superficial. Por isso, recorro a outros materiais para uma melhor compreensão e explanação de certos conteúdos. (Professora Sabrina)

Acredita-se, nesse caso, que a superficialidade apresentada pela professora está no fato da mesma não ser formada em Sociologia e, conseqüentemente, não ter clareza e domínio de sua proposta curricular de ensino, pois sabemos que os livros apresentam propostas pedagógicas fundamentadas em marcos regulatórios de ensino.

Os livros didáticos, além de serem um direito garantido por lei para professores e alunos, representam uma concretização da disciplina de Sociologia, pois trazem objetiva e subjetivamente sua proposta e garantem aos alunos uma aproximação com a proposta curricular de ensino. O livro é, sem dúvida, um recurso palpável garantido ao professor e ao aluno, e deve ser explorado por essa dupla. Seu uso deve ser sempre avaliado por seus docentes, para que não se torne apenas um guia seguido sem nenhuma conceituação.

V - A falta de um currículo estabelecido para cada série;

A falta de um plano de curso estabelecido para cada ano do Ensino Médio também é uma das dificuldades apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. O que há disponível são as propostas de conteúdos apresentados no livro didático, que é volume único e traz resumidamente conteúdos para os três anos de estudos. Este, com certeza, é um dos atuais desafios dos professores de Sociologia, elaborar um currículo para cada ano do Ensino Médio, diante de uma ampla diversidade de fatos que podem ser discutidos pela Sociologia.

Podemos observar no quadro a seguir os livros que foram adotados por cada instituição escolar e que servem de base para o planejamento dos conteúdos.

Quadro 6 - Livros adotados por instituição escolar

Instituição	Livro
Colégio Senador José Gaudêncio	Sociologia – Ensino Médio Silvia, Maria Araújo, Maria aparecida Bridi, Benilda Lenzi Martim
E.E.E.F.M. Maria Balbina Pereira	Sociologia – Volume Único
Colégio José Gonçalves de Queiroz	Sociologia – Volume Único Silvia Maria de Araújo
E.E.E.F.M. Bartolomeu Maracajá	Sociologia em Movimento da Editora Moderna

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Pensar o processo de ensino de Sociologia não é tarefa fácil, o professor passa por diversas dificuldades para conseguir desempenhar seu papel enquanto formador de cidadãos críticos e reflexivos, ou aparentemente tentar fazer isso. Quando se vai a uma escola apenas como pesquisador, é como se você estivesse em um mundo tão seu, mas ao mesmo tempo diferente, pois ali estarão expostas duas realidades, uma que você é cotidianamente enquanto professor e a outra, a que você almeja como pesquisador.

[...] as inúmeras “idas e vindas” da disciplina no currículo escolar impossibilitaram, entre outros, a construção de consensos mínimos em torno de conteúdos e estratégias didáticas, como aqueles que podemos identificar em outras disciplinas, tais como Matemática, Português, Biologia, Química, Física. É por isso que podemos dizer, sem medo de exagerar, que estamos partindo praticamente do zero nesse processo de escolarização da Sociologia. (RAMALHO e SOUSA, 2012, p. 10).

VI – O tempo das aulas.

Sabe-se que cada ano/série do ensino médio só tem uma aula por semana de Sociologia, o que corresponde a 45 minutos geralmente. Este ainda é um entrave na disciplina e uma luta junto ao sistema de ensino, pois nesses 45 minutos o professor precisa mediar o conteúdo associado ao livro didático e ainda seguir protocolos burocráticos como, por exemplo, a realização de chamadas e exposição de notas. O pouco tempo faz com que a Sociologia saia em desvantagem em relação a outras disciplinas que têm no mínimo duas aulas por semana.

Estamos em um século caracterizado pela era digital, no qual praticamente todos têm acesso a celular, internet e todos os meios e mídias digitais. Como isso, questiona-se como os professores conseguem apreender atenção dos alunos em sala de aula, que ainda tem traços tão arraigados à ideia de alunos como receptores de conhecimentos. Em uma sociedade em que muito se avançou, as tecnologias chegaram nas casas dos alunos e ainda não chegaram às salas de aula das escolas públicas brasileiras.

Muitos são os discursos e justificativas para esse questionamento, em que os professores buscam, através de equipamentos como DVD, data show, caixa de som, chamar a atenção dos alunos, apresentado temáticas do livro nesses aparelhos, os únicos disponibilizados pelas escolas. Contudo, com isso, questionamos: como conseguir a atenção dos alunos e tornar o livro um item atrativo, fazendo com usufruam do que ele tem a oferecer?

Busco envolver e promover a participação do aluno o máximo, seja questionando, provocando o aluno a pensar, pedindo para auxiliar na leitura, desenvolvendo estratégias diferentes para explicar o conteúdo e propondo reflexões. (Professora Carla)

Procuro trabalhar com temas que sejam do interesse dos alunos, por isso faço uma mesa redonda no início de cada bimestre, onde cada um elenca um tema a ser abordado. Em seguida, elegemos os mais interessantes para serem trabalhados. (Professora Cecília)

Tudo é questão de conversar. Tenho um relacionamento de boa convivência com os alunos, estipulando as “regras do bem conviver em sala de aula”. (Professora Sabrina)

Preparando aulas que chamem atenção dos alunos, que sejam de interesse deles, como o uso de recursos tecnológicos, aulas de campo, palestras e etc. (professora Nicole)

Percebemos nos discursos das professoras que elas buscam desenvolver metodologias de ensino que contemplem o envolvimento dos alunos, como rodas de debates, dando liberdade para que eles expressem os seus anseios de conteúdos que desejam ver abordados, buscando ao máximo contextualizar as propostas dos livros com a realidade contextual. Nesse contexto, o

livro é a fonte basilar para o planejamento das aulas, porém, ele por si só não está sendo eficiente para professores que não têm formação em Sociologia, e eles buscam a todo momento usar outros recursos em seu lugar, distanciando-se por vezes da contextualização.

Sabendo que os livros trazem abordagens ideológicas, políticas e históricas, que versam sobre o seu objetivo de conhecimento e, por vezes, não correspondem à realidade social dos alunos, questionamos como cada docente busca contextualizar os conteúdos diante da realidade dos alunos.

Através da transposição de conceitos e teorias abordados para exemplos voltados para a realidade vivenciada por eles. Buscando aproximar ao máximo a vivência e a cultura deles. (Professora Carla)

A Sociologia é um terreno fecundo para a associação com a realidade do aluno. Sempre busco associar o que estamos trabalhando em sala de aula ao mundo real dos alunos, quer seja a Sociologia, quer seja qualquer outra disciplina. (Professora Sabrina)

Dependendo do conteúdo, procuro contextualizar com pesquisa de campo, roda de conversa, entrevista e também dando ênfase à análise de textos e questões reflexivas que envolvam o cotidiano escolar. (Professora Nicole)

Através de pequenas peças teatrais, utilizo também letras de músicas e produção de paródias. (Professora Cecília)

No geral, todos os sujeitos desta pesquisa afirmam que os conteúdos escolares continuam dissociados do contexto sociocultural e da capacidade cognitiva dos alunos, mesmo depois dos alertas das pedagogias críticas para a atenção aos interesses, ritmos, fases do desenvolvimento cognitivo do educando, condições sociais, econômicas, culturais etc. Continuam definidos e organizados *a priori* nos livros didáticos e currículos escolares, mesmo após os reclames de Paulo Freire acerca dos riscos de uma invenção cultural e do relato de sua experiência acerca do levantamento do universo vocabular dos alunos (FARIAS. 2009, p. 116).

Durante as observações, nas aulas de uma professora, o livro era usado sem nenhum sentido atribuído à mediação didática. Ao final da observação, havíamos questionado sobre o que se tornou o uso do livro didático, um recurso oriundo de investimentos nas políticas públicas. Conceitos e teorias sociológicas não foram apresentados pela professora e ficou claro que essa disciplina está sendo posta apenas como complemento de carga horária. Concluímos, assim, que o livro não está sendo explorado pela professora, que o utiliza apenas para leituras sem debates e sem ter consciência da importância dessa ferramenta sociológica para despertar o imaginário dos alunos. A disciplina de Sociologia possibilita uma imaginação sociológica acerca dos contextos sociais, e cabe ao professor buscar despertar essa imaginação nos alunos:

A imaginação sociológica é visceralmente histórica, quando não pela necessidade de pensar os atos humanos em sucessões de gestos marcados pela causalidade, ao menos pela pressuposição de que é do mundo a sua volta que o indivíduo extrai as experiências que orientam sua conduta frente aos outros. O discurso sociológico emerge da observação do processo como, ao nos relacionar, construímos a história de nosso tempo. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 36)

Essa imaginação sociológica permite a relativização dos fatos, os questionamentos e buscar ver o mundo com olhos críticos, além do que está posto como verdade. É, pois, uma ferramenta para despertar a criticidade de cada aluno sobre o mundo e a história. O uso do livro didático contribui para esse despertar, pois apresenta elementos sociais que podem ser questionados a todo momento, e a mediação do professor nesse momento é indispensável. Nas observações das aulas de uma professora, foi possível ver a esperança e o sucesso da Sociologia, quando a docente mediava o uso do livro com a turma de uma forma recíproca. Nessa turma, as teorias eram expostas e contextualizadas.

Em sua prática pedagógica o professor é livre para adotar as metodologias e os recursos didáticos com os quais mais se identifica com a sua mediação, inclusive pode optar em usar ou não o livro. No gráfico a seguir, apresentamos os momentos em que o livro de Sociologia é usado em sala de aula. Grande parte dos professores afirma usar em todo o momento da aula, caso que pôde se comprovar nas observações. Porém, destacamos que apenas uma das professoras articula a leitura de conceitos apresentados no livro, fazendo debates e reflexões durante a aula. Embora não haja um planejamento específico para a sua mediação, o livro apareceu nas aulas como um aporte fundamental para a sua realização, o que reafirma a importância do livro no processo de ensino. Porém, o uso dele ainda necessita de adequações em sua mediação, para além do uso para exposição de teorias e conceitos, debates sobre o que é apresentado e resolução exercícios.

Gráfico 2 – Em que momento o livro é usado?

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Em um dos campos de pesquisa, observamos que os manuais não são usados no planejamento das aulas, sendo substituídos por revistas e cópias de texto. Os conceitos são apresentados apenas pelo discurso da professora e, nesse caso, o livro só é usado quando necessário para a realização de pesquisa, e não há uma apresentação dos conceitos e propostas do livro. Além das observações, esse fato foi comprovado na aplicação do questionário. Podemos afirmar, dessa forma, o despreparo e o descompromisso com os conceitos sociológicos por parte dessa prática docente, pois a Sociologia é vista sem nenhuma fundamentação epistemológica nesse contexto. Os alunos também não são despertados para reflexões críticas contextuais, sabendo que o livro é um dos recursos que apresenta conceitos estruturados que devem ser mediados às diversas gerações.

Já que o livro traz uma proposta pedagógica direcionada e organizada em conteúdos sequenciados, em relação ao que compete a organização dos conteúdos curriculares, questionamos se essa organização dá autonomia para que os professores modifiquem a ordenação dos conteúdos, atribuindo ao professor liberdade para planejar suas aulas, com a opção de quais conteúdos serão trabalhados durante o decorrer do ano letivo. A seguir, podemos perceber que Sanchez discute essa autonomia tão mencionada, mas por vezes tão pouco vista na prática, visto que os professores devem seguir os modelos de currículo propostos pelo sistema que induz a ação do professor:

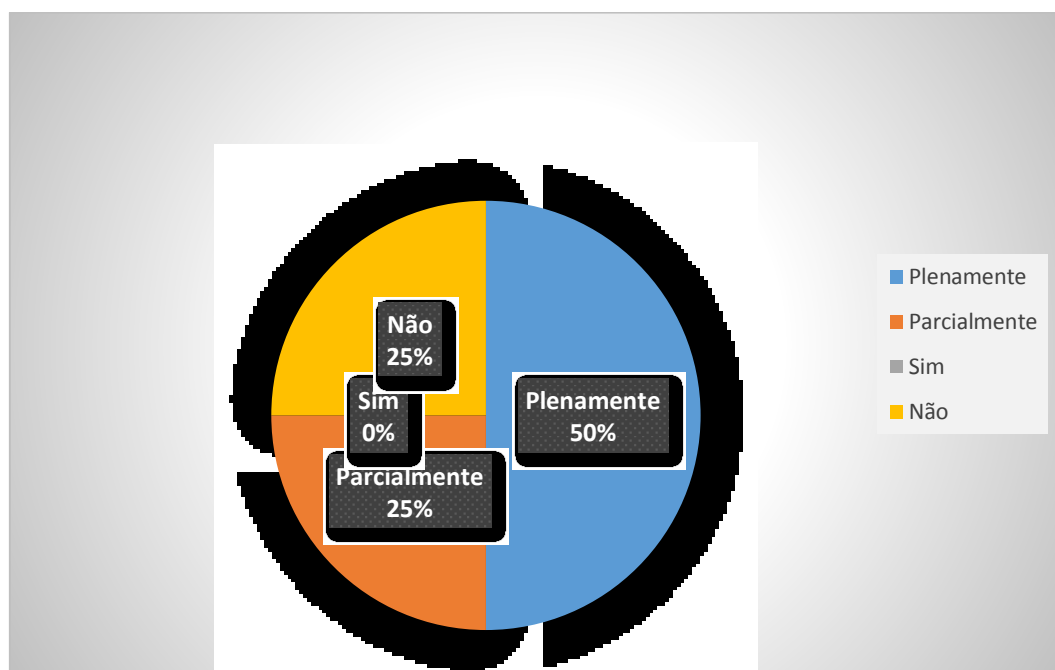
Em um mundo contemporâneo fala-se tanto de professor autônomo, com formações reflexivas e conscientes do uso de sua sensibilidade, entretanto o que se constata são docentes não emancipados e presos as medidas impostas que visam apenas a passagem dos alunos por um sistema burocrático, independente da aquisição de conhecimento. É nesse momento que chamamos atenção para a “autonomia” do docente. Se pensarmos na realidade escolar, vemos quão aprisionado está o professor. Este se depara com currículos prontos, sequencias de conteúdos pré-definidos e projetos pedagógicos preparados e distribuídos pelas secretarias de educação. (SANCHEZ, 2013, p. 14).

Pelo que se percebe, a constatação de Sanchez se adequa ao tempo presente, considerando que professores buscam cumprir metas postas pelo sistema de ensino. Perdem, assim, sua autonomia de discurso, ao garantir que, ao término do ano letivo, aqueles conteúdos propostos pelo sistema de ensino, sobrecarregam os docentes e tiram deles sua autonomia de trabalho.

Compreendemos que os livros didáticos são elaborados por uma equipe de professores e coordenadores escolhidos para a sua elaboração. Diante disso, refletimos sobre os discursos que serão escolhidos para a elaboração dos livros e quais referências são usadas para justificar os conteúdos que compõem os livros. Será que esses conteúdos elaborados por um grupo específico de avaliadores deixam autonomia para que o professor prepare sua proposta de ensino?

No gráfico III, destaca-se a percepção que os docentes apresentaram em relação à autonomia que o livros lhe dispõe. A metade dos sujeitos respondeu que a forma como os conteúdos estão organizados lhe confere autonomia plenamente para a organização de suas aulas, pois, mesmo o livro apresentando uma proposta sincronizada, analisam e escolhem quais conteúdos abordar em determinado momento. Outros 25% afirmam que o livro não lhes dá autonomia nem espaço de escolha, e, assim, buscam seguir o livro do início ao fim, sem nenhuma intervenção crítica do que o livro propõe, e é isso que faz com que escolha não o usar em sala de aula. Os outros 25% correspondem ao que afirma que o livro lhe oferece autonomia parcialmente, pois são conscientes de que devem tomar o livro como ferramenta pedagógica e buscam fazer uma sondagem das propostas por ele apresentadas, vendo quais conteúdos conseguem associar ao livro e a outros recursos aqui já mencionados.

Gráfico 3 – A forma de organização do conteúdo confere autonomia ao trabalho pedagógico do professor, possibilitando diversos modos de apresentação e de ordenação dos conteúdos?



Fonte: Dados da pesquisa.

O livro que apresenta uma relação de conteúdo das áreas da Sociologia, Antropologia e da Ciência Política, apresentado em volume único, acaba por deixar lacunas nos conteúdos, que os professores não veem presentes no livro e buscam trabalhar junto a outras fontes. Vale salientar que a ausência desses conteúdos são notados pelos professores que têm formação na área de Sociologia.

No discurso a seguir, nota-se o quanto a Sociologia, assim como a comunidade escolar, está perdendo, ao ser ministrada por professores de outras áreas do conhecimento, pois eles não realizam questionamentos críticos acerca de conteúdo das Ciências Sociais. Sobre isso, é importante destacar o discurso da professora Sabrina, quando diz que “Como não sou da área, não sei informar, não tenho conhecimento dos conteúdos abordados, sigo apenas os apontados pelo livro de uma maneira superficial”.

Para os docentes, os conteúdos mais importantes dos quais sentem falta na abordagem do livro, foram:

I - Instituições sociais e o processo de socialização.

Segundo os docentes, são conteúdos que se apresentam de forma resumida, como, por exemplo, a concepção de instituições sociais, em que as discussões se concentraram apenas na instituição família. O livro não traz abordagens sobre outros tipos de instituições, como as

políticas, a escola, religião, e não discute as funções sociais que envolvem todas estas no processo de socialização.

II- Sociedade e espaço urbano.

Os problemas que envolvem todo o espaço urbano e sua complexidade não são apresentados no livro. Isso deve ser abordado, pois é algo que está no contexto dos alunos, como organizações, linguagens, desenvolvimento desses espaços. Como afirma a professora Carla, “O espaço urbano, assim como os elementos que o compõem, não são apresentados no livro didático, e isto é algo muito real”.

III - Gênero e sexualidade.

Apresentar uma abordagem que leve a compreender que as diferenças sexuais não tornam homens e mulheres diferentes com relação a sua capacidade, pois, na atualidade, ainda se percebem altos índices de violência de gênero e cabe à escola fazer essa apresentação aos jovens. A ausência de uma abordagem que apresente o espaço conquistado e ocupado pelas mulheres na política brasileira também é notado pelos professores:

Discutir e apresentar a diferença de gêneros como construções sociais que variam de acordo com a cultura em cada ser está inserido, é papel do professor buscar essas discussões e o livro apresenta de forma resumida, busca-se em outras fontes essa discussão. (Professora Carla)

IV - Sociologia brasileira;

Os teóricos contemporâneos e brasileiros ainda estão muito ausentes nos livros didáticos. A sociologia brasileira é apresentada por grandes autores e precisa ser apresentada aos estudantes do Ensino Médio.

V - Os problemas existentes nas pequenas comunidades urbanas e rurais.

Nota-se, nessa abordagem, o espaço que é adotado pelo livro para o professor contextualizar os conceitos gerais da Sociologia com a realidade e o espaço dos alunos, pois, por ser volume único, não há espaço para apresentar todos as questões sociológicas. Fazendo uma sondagem dos principais conceitos e permitindo que os professores abordem os contextos locais em uma abordagem do global para o local, sabe-se que as Ciências Sociais fornecem amparo para a criação desses espaços, o que caracteriza a importância da Sociologia no currículo do ensino médio.

A presença da sociologia como disciplina nas matrizes curriculares de grande parte de cursos e habilitações na universidade é também demonstrativa da vocação que a área tem para interligar a outras, proporcionando sempre um aporte teórico ou metodológico precioso para quem “lida com gente”, bem

como preciosas orientações advindas das técnicas e dos métodos de sua bagagem”. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 20).

Tomando como princípio a literatura aqui estudada, e as questões que foram postas acima, nota-se que o processo de escolarização é diferente nas diversas classes sociais. Mesmo que o sistema escolar apresente um único modelo para todas as classes, temos as diferenças de socialização que contribuem para a progressão ou a exclusão dos alunos. Um dos fatos que comprova isso é a linguagem adotada nas escolas e no livro didático, uma linguagem posta como legítima e que privilegia aqueles que estão na classe dominante (burgueses), que têm acesso a livros, hábitos de leituras ou frequentam cursos de línguas. Essa legitimação acaba por prejudicar aqueles que estão em classes menos desfavorecidas, como aqueles oriundos das classes trabalhadoras (proletariados), que encontram na escola uma linguagem que não é a sua, um discurso adotado pelo professor em sua maneira de agir e de falar. A linguagem da escola é adotada como única, mas essa instituição é composta por diferentes atores e linguagens. Assim podemos observar no discurso a seguir:

A linguagem não é única, pode dar-se de vários modos. Em relação à escola, podemos afirmar que a linguagem se apresenta, por exemplo, no discurso do professor ou nos seus gestos, no conteúdo dos livros adotados, nos programas de ensino, nas regras de convivência ou em normas disciplinares. Tudo isso são meios para expressar ideias, sentimentos e modelos de comportamento: tudo isso se constitui na linguagem da escola. (MEKSENAS, 1990, p. 136).

Justificamos os fatos apontados nos discursos das professoras, em que se observa que o desinteresse apresentado pelos alunos não é apenas descompromisso com a escolarização, mas, por vezes, esbarra em um sistema de ensino conflituoso. A escola se torna um espaço de disputas entre classes sociais distintas, porém é vista por todas as classes como um caminho a ser percorrido para a emancipação social.

Diante dessas análises, identificamos que a mediação do livro didático está apresentada por diferentes faces. Em uma, o livro é uma peça chave para o sucesso da aula e no processo de ensino e aprendizagem, sendo apropriado por professores e alunos para discussões e realização de exercícios, e vem cumprindo seu papel social. Em outras faces, a ele não é atribuído sentido, pelo fato das docentes não terem formação na área e assim apresentarem dificuldade para a sua mediação. Assim, a ele são acrescentadas outras ferramentas para contemplar algumas lacunas apresentadas ou até mesmo a sua ausência. Pode-se aqui dizer que o livro de Sociologia é uma ferramenta que torna concreta a propagação da disciplina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçar-se sobre os recursos metodológicos e as práticas pedagógicas de ensino para observar a mediação do livro didático de Sociologia no processo de ensino e aprendizagem, vemos que essa é uma disciplina que objetiva, no Ensino Médio, despertar o imaginário sociológico e a desnaturalização dos fenômenos sociais através das práticas apresentadas pelo professor ou pela professora. Partindo do aporte teórico que levou ao aprofundamento desta pesquisa, podemos definir que a mediação do livro de Sociologia é a ponte entre o objeto de conhecimento da disciplina e os sujeitos, em que o professor aparece nesse processo como o mediador, associando teorias, conceitos, conteúdos e recursos didáticos aos objetivos do ensino da sociologia. Assim,

A mediação é um procedimento de resolução de conflitos que consiste na intervenção de um terceiro (o mediador) que busca estabelecer um diálogo entre as partes e chegar a uma conciliação, a fim de evitar que os desentendimentos se agravem e termine em impasse ou briga. (DORTIER, 2010, p. 391).

Pensamos, a partir disso, quem são os sujeitos que estão mediando esse conhecimento através do livro didático, e se eles conseguem apresentar as propostas e abordagens dos livros. Ver em algumas aulas o sucesso no processo de ensino e, em outras, o fracasso é um tanto quanto estranho e nos faz pensar se “é isso mesmo que eu quero e o que estou fazendo”. O discurso criado sobre a educação acaba influenciando muito nessa escolha, mas a proximidade com esse espaço faz criar uma certa esperança, visto que dificuldades são encontradas em todas as profissões e um bom profissional deve lidar com isso. Torna-se professor dia após dia, enfrentando os desafios e buscando contemplar os anseios dos alunos. Desse modo,

Falar da mediação nos processos de ensino e aprendizagem nos leva a uma análise aprofundada do tema, por trazer consigo a marca do pensamento histórico, incluindo sua formação na realidade ativa, e partindo das diversas intervenções, sobretudo nas perspectivas didático-pedagógicas. Mas, quando falamos de mediação, já estamos referindo-nos a um processo social ou a uma vivência comum, incluindo outras facetas-chaves, a saber, o social, o histórico, o político, o econômico e, sobretudo, o educacional. (PIERRE; SANTANA, 2016, p. 258).

Percebemos, portanto, a importância da mediação no processo de ensino, pois, ao mediar, possibilita a aproximação com elementos que estão distante do contexto social, histórico e político.

As análises aqui realizadas debruçaram-se sobre o livro didático de Sociologia, fruto de políticas públicas com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino através do PNLD, que foi criado como uma estratégia para amparar a política educacional implementada pelo governo brasileiro, tendo como perspectiva prover uma demanda, a qual, através da Constituição de 1988, se constitui como obrigatória na garantia dos direitos. O Estado deve cumprir seu dever com a educação ao assegurar acesso, permanência e atendimento no ensino público em suas diversas modalidades de ensino, através de programas suplementares de caráter nacional, que providenciam aos alunos apoio e acesso a recursos como os livros didáticos, transportes, enfim, a tudo aquilo que dá condições para os alunos permanecerem na escola.

Dessa forma, entendemos que os manuais de Sociologia são muito importantes e uma conquista da disciplina, já que são os meios de propagação da disciplina. Isso porque são os livros didáticos que apresentam os temas, as teorias e os conteúdos da disciplina, agrupam e exibem métodos e procedimentos apropriados às Ciências Sociais.

Concluimos, diante das abordagens aqui postas, que os livros de Sociologia dos campos mencionados estão em uso pelos professores, porém necessitam de um análise reflexiva e de avaliação por parte de alguns docentes acerca do sentido que é atribuído ao livro, pois identificamos professoras mediando o uso do livro de foram consciente e crítica, buscando instigar nos alunos reflexões acerca dos conteúdos. Percebemos também que este não é o único recurso usado no ensino da Sociologia. Vídeos e músicas são usados para aproximar os conceitos aos alunos e, assim, torná-los mais próximos. Esquemas mentais também são utilizados para melhor compreensão dos conteúdos.

Mesmo com um curso de formação de professores em Sociologia na região do Cariri, ainda há profissionais que não são formados na área ministrando aulas para cumprir sua carga horária. Foram esses professores que apresentaram maior dificuldade de mediação do livro didático, pois não têm domínio dos conteúdos apresentados pelas Ciências Sociais. O domínio dos conteúdos é o primeiro passo para a mediação do livro e o sucesso da aula. Então,

Todo processo social exige a mediação. Assim, no caso da criança, ao começar a socializar-se com o seu ambiente, faz uso da fala do ajudante, o que produz não só novas relações com o ambiente, mas também novas organizações no seu comportamento. (PIERRE; SANTANA, 2016, p. 261).

O livro de Sociologia é uma conquista para as Ciências Sociais, pois é o recurso que está presente nas escolas, mas necessita de atribuição de sentido ao seu uso. Seus conceitos precisam ser instigados a debates, e o professor deve buscá-lo como um recurso prático e eficaz

no processo de aprendizagem, relacionando-o a outras fontes de pesquisa e metodologias para que não se torne um artigo inútil para o seu público. Mesmo com a ausência do livro em algumas escolas, que não o contemplam a todos aos alunos, ele não deve ser desprezado pelos professores, e, sim, apropriado a sua prática para cumprir com sua função. O livro se apresenta no cenário educativo como elemento de políticas educacionais, intencionado à disseminação da cultura escolar.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Vilma Soares de Lima. As percepções dos professores de sociologia no ensino médio sobre o conteúdo da disciplina. *In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE (CISO) PRÉ-ALAS BRASIL-2012*. Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT04-35.pdf>
- BRASIL. Congresso Nacional. **LDB. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5ª Ed. – Brasília: Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Decreto Nº 9.099, DE 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/decretos/item/10941-decreto-n%C2%BA-9099,-de-18-de-julho-de-2017>
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Decreto Nº 7.084, DE 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/decretos/item/3177-decreto-n%C2%BA-7084-de-27-de-janeiro-de-2010>
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia**. Brasília: MEC, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Apresentação: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio, na área de ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução. Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2014.
- BRIDI, Maria Aparecida. **Ensinar e aprender Sociologia no Ensino Médio**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **As disciplinas escolares no contexto do PNLD: avanços, lacunas e desafios na avaliação do livro didático**. Revista de Educação Pública. Cuiabá, v. 24, n. 57, p. 525-543, set./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/783>

COAN, Marival. **A Sociologia no Ensino Médio, o material didático e a categoria trabalho**. Dissertação, (Programa de Pós Graduação em Educação), CCE, UFSC Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88263>

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2008.

DADOS DO FNDE: Disponível em: <ps://www.htt.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: WMF Martins, 2010.

DOMINGUINI, Lucas. **Estudo sobre livro didático: processo atual?** Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/pnld/5221-decreto-sobre-os-programas-de-material-didatico> acessado em 06 de mar. 2020.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. (Dissertação de Mestrado em História). 2008. 141f. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis – São Paulo, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93413/ferreira_rcc_me_assis.pdf?sequence=1

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar – aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022015000300601&script=sci_abstract&tlng=pt

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas – PPP**. IPEA. Nº 21, junho de 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>

GONTIJO, Rebeca. **Manuel Bomfim**. Recife: Editora Massangana, 2010. P.170 (Coleção Educadores).

GUIMARÃES NETO, Euclides; GUIMARÃES, José Luiz Braga; ASSIS, Marcos Arcanjo de. **Educar pela Sociologia: contribuições para a formação do cidadão**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

LIMA, Elício Gomes. Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa. **Educação e Fronteira On Line**, Dourados/MS, v.2, n. 4, p. 143-155, jan/abr. 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1563>

LIMA, Rogério Mendes de; FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira. Tecendo redes e construindo conhecimentos: caminhos para o ensino de sociologia na educação básica. **Saberes em perspectiva**. v.4, n.8, 165-182, 2014.

FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livro, 2009.

MEUCCI, S. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** 2000. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279132>

MEUCCI, Simone. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações – Revista de Ciências Sociais.** Londrina, v. 12, n. 1, P. 31-66, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3386>

MEUCCI, Simone. **Os Primeiros Manuais Didáticos de Sociologia no Brasil.** Revista Estudos de Sociologia. Araraquara – SP, Universidade Estadual Paulista, Departamento de Sociologia. v. 6, n. 10 (2001) Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184/180>

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento Social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia.** Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 02 Nº 03 jan./jun./2014.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia.** São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção magistério 2º grau. Serie formação geral).

MORAES, A. C. Desafios para a implementação do ensino de Sociologia na escola média brasileira. **Cadernos do NUPPS,** São Paulo, ano 2, v. 1, p. 1-10, set. 2010

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições de sobre Bourdieu.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. - (coleção 10 lições).

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.** Cadernos Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.- dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622011000300004

MORAES, Amaury César. Parecer sobre o ensino de Filosofia e de Sociologia. **Mediações – Revista de Ciências Sociais.** Londrina, v. 12, n. 1, p. 239-248, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3404>

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos.** 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático como mercadoria.** Pro-Posições. v.23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para Jovens do século XXI-** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

OLIVEIRA, Amurabi. A formação inicial de professores de sociologia no Nordeste: alguns breves apontamentos. **Revista Eletrônica Pesquiseduca,** Santos, v. 06, nº 12, p.285-299, jul-dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/358>

ORTIZ, Renato. **Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil**. Novos Estudos- CEBRAP, Nº 27, Julho de 1990, p. 163-175

RAMALHO, José Rodorval; SOUSA, Rozenval de Almeida. (Orgs.) - **Sociologia para o Ensino Médio: Conteúdos e Metodologias**. Campina Grande: editora da UFCG, 2012

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. O espaço escolar: leituras sociológicas. *In*: CARNIEL, Fagner; FEITOSA, Camila (organizadores). **A Sociologia em sala de aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas**. Curitiba: Base Editorial, 2012. p. 9-27.

PIERRE, Jimmy; SANTANA, Maria Silvia Rosa. **A mediação no processo de aprendizagem social: Ação colaborativa entre o professor e o Aluno**. Option Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela. **Revista Opción**, vol. 32, núm. 12, 2016, pp. 254-280. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31048903013>

PIO, Paulo Martins; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernani. Práxis e prática educativa em Paulo Freire: reflexões para a formação e a docência. 2014. *In*: XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino – ENDIP. **E-books do [...]**. Fortaleza: UdUECE, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/index.php/2015-02-26-14-09-14?limit=5&start=1550>

PROJETO PEDAGÓGICO: CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. (Documento do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande – PB). s.n: Sumé – PB, 2012. Disponível em: https://www.cdsa.ufcg.edu.br/home/arg/documentos/ppc/ppc_ciencias_sociais.pdf

SARANDY, Flávio Marcos da Silveira.. **A Sociologia volta à escola: um estudo sobre os manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/praxis/255/Sarandy.pdf?sequence=1&isAlloved=y>

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático. **Educação e Realidade**, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362012000300006&script=sci_abstract&tlng=pt

SILVA, Tânia Elias M. Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas. **Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 429-449, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1849>

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1844>

SILVA, M. J. de S. & SOUZA, M. H. R. Manuais de Sociologia: uma análise comparativa entre conteúdos e metodologias para o ensino médio. III ENESEB - ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2013. Fortaleza/CE. Anais do III ENESEB, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VERCEZE, Rosa Maria Aparecida; SILVINO, Eliziane de França Moreira. O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Miri. **Práxis Educacional**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 83-102, out. 2010. ISSN 2178-2679. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/562>>

YOUNG, Michael. 2007. Para que servem as Escolas? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302007000400002&script=sci_abstract&tlng=pt

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES QUE
MINISTRAM AULAS DE SOCIOLOGIA AQUI PESQUISADOS.**

Questionário

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

1º Nome:

2º Escola que leciona:

3ª Sexo: Feminino () Masculino ()

Idade -----

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

5º Graduação: -----

Instituição:

6ª Pós graduação: Sim () Não () Em processo de formação()

Qual?

7ª Se não é formado(a) em Sociologia teve alguma formação que dá condições para lecionar os temas, conceitos e teorias apresentadas pela disciplina de Sociologia?

Não () sim () Qual ?

8ª Leciona alguma disciplina a mais além da Sociologia?

NÃO () SIM () QUAL?

9ª Ministra aula em quantas turmas?

QUESTÕES REFERENTES AO OBJETO DA PESQUISA:

10ª Qual a sua concepção sobre Prática Pedagógica?

11ª Quais recursos didáticos você utiliza em sala de aula?

12ª Você participou do processo de escolha do livro didático de sua escola?

Sim() Não ()

13ª Qual o livro adotado pela sua escola?

14ª Todos os alunos têm acesso ao livro?

Sim() Não ()

15ª O livro atende a todas as suas necessidades em sala de aula?

Sim () Não ()

16ª Quais outros recursos você agrega ao uso do livro?

17ª Ele é o único recurso utilizado em sua prática? Sim () Não ()

Apenas para resolução de exercícios ()

Apenas para leitura dos conceitos ()

Apenas para pesquisa, quando necessário ()

18ª Usa algum material impresso para ministrar as aulas?

Não () Sim () Se sim, quais? -----

19ª Você utiliza recursos tecnológicos em sua prática docente?

Se sim, quais dos recursos abaixo você busca usar na prática?

Tv ()

Filmes ()

Computadores ()

Rádio ()

Músicas ()

cartazes ()

Jornal ()

Vídeos ()

Revistas eletrônicas ()

Revistas ()

Data show ()

Acervos da biblioteca ()

Debates ()

Seminários ()

Jogos ()

Outros: -----

20ª Quais suas maiores dificuldades, desafios no planejamento da disciplina de sociologia?

21ª O livro de Sociologia tem algum significado para a sua prática?

22ª Quais são suas maiores dificuldades ao trabalhar com o livro didático?

23ª Como relaciona o uso do livro didático com outros recursos?

24ª Como busca contextualizar os conteúdos diante da realidade dos alunos?

25ª Existe algum/uns conceito/s que não está/ão impresso/s no livro que você gostaria de abordar?

26ª Como faz para prender atenção dos alunos em sala de aula, diante de tantos recursos tecnológicos como o celular?

LEGENDA - PA: PARCIALMENTE PL-PLENAMENTE

As atividades e exercícios apresentam linguagens adequada ao ensino médio?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()
O Livro atende a perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem de conteúdo?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()
O livro contempla tanto em seu conteúdo, como nas atividades, situações das diferentes regiões do Brasil?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()
O livro estimula a curiosidade e o interesse dos alunos?	Sim ()	NÃO ()

	PL () PA ()	
O livro apresenta aspectos teóricos relacionado ao mundo social dos alunos?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()
O livro propõe atividades que desenvolvem no estudante o olhar sociológico crítico ?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()
A forma de organização do conteúdo confere autonomia ao trabalho pedagógico do professor, possibilitando diversos modos de apresentação e de ordenação dos conteúdos?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()
O livro articula os fundamentos das diferentes áreas que compõem as Ciências Sociais– Antropologia, Sociologia e Ciência Política?	Sim () PL () PA ()	NÃO ()

Assinatura do participante

Local ----- data ----/--/--

APÊNDICE B – CRITÉRIOS DE OBSERVAÇÃO DAS AULAS.

- 1- Organização do conteúdo a ser ministrado;
- 2- Observação do uso livro;
- 3- Observação do espaço escolar;
- 4- Observação se os alunos estão com livros em sala;
- 5- Observação do domínio do professor com o conteúdo e com o livro;
- 6- Observação da interação do livro com outros recursos;
- 7- Envolvimento da turma com a aula;

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) colaborador (a),

A discente **GILMARIA DA SILVA LOPES** do curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, sob orientação do **Prof. Dr. ISAAC ALEXANDRE DA SILVA**, está realizando uma pesquisa de campo que resultará no seu Trabalho de Conclusão de Curso do Mestrado. O trabalho é parte das atividades relacionadas à pesquisa do Mestrado. Para efetivação desse estudo, gostaríamos de contar com sua relevante colaboração, recebendo a discente, respondendo às informações solicitadas, necessárias à produção do material ACADÊMICO.

Por fim, colocamo-nos à sua disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que necessite, através dos e-mail isaac2015isaac@yahoo.com.br ou E-mail gilmariaplopes2011@gmail.com.br

Desde já agradecemos a atenção dispensada, bem como a disposição em atender a discente e contribuir para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Cordialmente,

Professor Orientador

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Assinando este termo, estou concordando em participar da pesquisa da discente **Gilmaria da Silva Lopes** acima mencionado, sob orientação do **Prof. Dr. ISAAC ALEXANDRE DA SILVA**, docente da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais-UACiS do Centro Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Sumé-PB, _____ de _____ de 2019

Assinatura/rubrica do participante